



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
DIRETORIA DE ENSINO
CAMPUS BELÉM



Plano do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

INSTITUTO FEDERAL
PARÁ

Belém- PA/ 2014



Élio de Almeida Cordeiro
Reitor

Cláudio Alex Jorge da Rocha
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

José Roberto Brito Pereira
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Maria Lúcia Pessoa Rocha
Pró-Reitora de Ensino

Valdinete Rolim
Pró-Reitora de Extensão

Regina Gloria Pinheiro de Oliveira Silveira
Pró-Reitora de Administração

Ana Paula Palheta Santana
Diretora Geral do Campus Belém

Carlos Ednaldo Ueno Costa
Diretora de Ensino do Campus Belém

Ana Paula Palheta
Diretor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Helio Antonio Lameira de Almeida
Diretoria de Extensão e Integração Instituto-Empresa

Joel Pereira de Lima
Diretoria de Administração



SUMÁRIO

Dados de identificação da Instituição	5
1. Apresentação	7
2. Identificação	
3 Diretrizes Curriculares	7
4 Justificativa.....	8
4 Perfil do Profissional de Conclusão	9
5 FORMA DE ACESSO	9
6.representação Gráfica do Itinerário Formativo.....	15
7 Matriz Curricular	19
8 DESCRIÇÃO DE CADA DISCIPLINA	49
9 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO	49
9 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	49
10 TRABALHO ACADÊMICO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	51
11 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	52
12 ESTÁGIO CURRICULAR	52
13 POLÍTICA E APOIO AO ESTUDANTE.....	57
14 DESCRIÇÃO DO CORPO DOCENTE DO CURSO	57
15 FLEXIBILIDADE CURRICULAR	57
16.ESTRUTURA FÍSICA E MATERIAIS	57
17 EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA E/OU CERTIFICADOS	60
18 LEGISLAÇÃO PERTINENTES	61
19 BIBLIOGRAFIA REFERENCIADA	



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Razão Social: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO PARÁ/CAMPUS BELÉM

Nome de Fantasia: IFPA

CNPJ: 10.763.998/0001-30

Esfera Administrativa: Federal

Endereço (Rua, Nº): Av. Almirante Barroso, 1155 - Marco

Cidade/UF/CEP: Belém - PA CEP: 66093-020

Telefone/Fax: (91) 3201-1798
Fax: (91) 3201-1701

Gestor: Prof. Dr. Élio de Almeida Cordeiro

Site da unidade: www.ifpa.edu.br

Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios

Habilitação: Tecnólogo em Gestão Pública

Turno: Vespertino/Noturno

Número de vagas: 30

Carga Horária: 2360 hora/relógio 2832 hora/aula

Tempo de Integralização: 2,5 anos (Mínimo) - 4 anos (Máximo)

1. APRESENTAÇÃO

No intuito de disponibilizar oportunidade de qualificação profissional da Administração Pública e de vir ao encontro da demanda da sociedade pela prestação de serviços públicos de melhor qualidade, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) oferta o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, por vir ao encontro das necessidades regionais, da Administração Pública Federal, da sociedade e dos anseios da comunidade formada.

Sendo uma instituição de ensino superior vinculado ao Ministério da Educação, atende também para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia os Pareceres CNE/CES 436/2001 e CNE/CP 29/2002, e no Decreto nº 5.154/2004 que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394/96, dispõe:

Art.5º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne aos objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

A oferta deste curso com qualificação específica para a área pública é oferecida como IES pública, apenas pelo IFPA na modalidade de tecnologia no estado do Pará, o que apresenta uma significativa demanda por profissionais qualificados nesta área nas esferas municipal, estadual e federal.

Para nortear suas práticas acadêmicas harmonicamente, com uma visão sistêmica, o IFPA tem princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais, fundamentados nas finalidades da lei de criação dos IFE, que funcionam como guia ou linha norteadora para as tomadas de decisão ou qualquer atividade desenvolvida.

Considerando a diversidade de caminhos cultural e natural, a promoção a de se considerar a constituição um processo dinâmico e legítimo, em permanente interconexão com o cenário da instituição o projeto pedagógico do curso está articulado com as políticas institucionais no PPI e no PDI do IFPA, bem como, as exigências da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – Lei nº 9394/96, das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais

para os Cursos Superiores de Tecnologia, o Parecer CNE/CES nº 436/2001, o Parecer CNE/CES nº 277/2006 e o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

O fortalecimento do ensino representando uma inter-relação coletiva à necessidade da formação histórica profissionalizante do IFPA, conjuga à Organização Didática e em seu Plano de Desenvolvimento institucional – PDI, o que garante em sua função social:

Ofertar educação tecnológica com ênfase na trilogia: ensino, Pesquisa e Extensão, visando à formação e qualificação de profissionais para o mundo produtivo, promovendo o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços em articulação com setores produtivos e a sociedade, no cenário local e regional, sendo capaz de atuar de forma transformadora no âmbito educacional, político e social.

A Organização Didática do IFPA define orientações para o desenvolvimento do ensino em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico e inserção regional; assegurando o cumprimento de suas políticas e ações. Muito mais que um documento técnico-institucional é considerado um instrumento de ação política e pedagógica que garante uma formação global e crítica para os envolvidos no processo, como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, a formação profissional e o pleno desenvolvimento pessoal.

Por não existir Diretrizes Curriculares específica para o curso de Tecnologia em Gestão Pública, a atualização do seu currículo foi delineado pelos professores do Núcleo Docente Estruturante com base na Resolução nº 1, de 13 de janeiro de 2014 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Graduação em Administração Pública, revelando de forma ampla o campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltado ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas.

Diante disto, o reconhecimento da necessidade de capacitação e qualificação dos servidores públicos federais culminou na Lei nº 11.091/2005, que propõe a estruturação do Plano de Carreiras dos cargos técnico-administrativos em educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino (IFE) vinculadas ao Ministério da Educação, acompanhada do Decreto nº 5.707/2006 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, sendo implementada pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal que

estabelece diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos cargos técnico-administrativos em educação.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 Histórico da Instituição

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos e as suas práticas pedagógicas.

O instituto foi criado pelo Art. 5º, inciso XX, da Lei nº 11.892, de 29/12/2008 pela integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (CEFET) e das Escolas Agrotécnicas Federais de Castanhal e de Marabá (EAFEC/EAFMA); as quais atuam na rede federal de educação profissional há cem anos, com exceção da EAFMA, criada em 2008. das oficinas para a elaboração deste Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).”

Antes de se tornar Centro Federal de Educação, o CEFET possuiu várias denominações, mas sempre com o propósito de formar cidadãos para o mundo do trabalho por meio da oferta de educação profissional de qualidade.

A primeira denominação foi de Escola de Aprendizes Artífices do Pará, criada pelo Decreto do Presidente Nilo Peçanha, em 23/09/1909 e instalada em 1910. À época, compreendia o ensino primário, cursos de Desenho e oficinas de Marcenaria, Funilaria, Alfaiataria, Sapataria e Ferraria.

Em 1937, com a reorganização do Ministério da Educação e Saúde Pública, a Escolade Aprendizes Artífices passou a chamar-se Liceu Industrial do Pará e, em 1942, com aprovação da Lei Orgânica do Ensino Industrial, recebeu a denominação de Escola Industrialde Belém (BASTOS, 1988).

Em 1959, a Escola Industrial de Belém transformou-se em Autarquia Federal, adquirindo autonomia didática, financeira, administrativa e técnica. A partir de 1966, passou a atuar no ensino profissional em nível de 2º grau, o atual ensino médio,

concomitantemente com a gradativa extinção do curso ginásio-industrial. Com essa mudança, o centro passou a chamar-se Escola Industrial Federal do Pará. Em 1967, pela primeira vez, a instituição admite a matrícula de alunos do sexo feminino (BASTOS, 1988).

A denominação Escola Técnica Federal do Pará (ETFPA) data de 1968 e coincide com a instalação definitiva na sede, onde atualmente está localizado o Campus Belém do IFPA, situada na Av. Almirante Barroso, 1155, no bairro do Marco.

Em 1999, torna-se o Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará – CEFET-PA, passando a ofertar, além dos cursos técnicos profissionalizantes, os cursos superiores de tecnologia. Desse modo, o CEFET-PA sempre esteve comprometido com as necessidades e exigências políticas, sócio-econômicas, culturais e tecnológicas do Estado, num processo de integração permanente com o sistema de produção e com a sociedade, na consolidação da identidade e do desenvolvimento regional, assumindo, portanto, um papel de referência educacional, científica e tecnológica no estado e na região.

As mudanças consolidadas pela transformação em Instituto Federal, em 2008, trouxeram como pressuposto a verticalização da Educação Profissional, o que trouxe consigo modificações, desafios e oportunidades de superação, para que a instituição cumpra o papel educacional designado aos Institutos Federais.

[...] Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multiâmbus, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas [...] (BRASIL, Lei 11.8992/2008).

Percebe-se, portanto, que a oferta de cursos superiores de Licenciatura e Tecnologias fazem parte da recente história da Instituição que está afinada com as finalidades estabelecidas ainda na Lei supracitada, dentre as quais:

[...]

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; [...] (BRASIL, *op. cit.*).

Missão

Promover a educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação para o desenvolvimento regional sustentável,

valorizando a diversidade e a integração dos saberes.

1.3 Visão

Ser uma instituição de excelência no ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, garantindo a integração e diversidade dos saberes e a inclusão dos cidadãos no mundo do trabalho.

1.4 Valores

- Formação cidadã
- Ética e transparência
- Inclusão e integração da diversidade
- ☐ Inovação Científica e Tecnológica
- ☐ Excelência na gestão pública e educacional
- Compromisso com o desenvolvimento local e regional
- Desenvolvimento Sustentável

O IFPA com a experiência educacional e profissionalizante centenária acumulada e com a expertise adquirida com o ensino superior, iniciou o Curso de Tecnologia em Gestão Pública no ano de 2007, com o objetivo em atender a formação acadêmica ao Estado, que necessita de uma qualificação específica. O curso é ofertado na cidade de Belém capital do estado do Pará, no campus Belém localizado na Avenida Almirante Barroso 1155 no Bairro do Marco.

Sede do IFPA Campus Belém



Fonte: <https://www.google.com.br/maps>

O curso de Gestão Pública segue os princípios norteadores do PDI (2014-2017) e como o PPI, ofertando um curso com qualificação específica para a área pública é oferecida apenas pela IES na modalidade de tecnologia no estado do Pará, o que apresenta uma significativa demanda por profissionais qualificados nesta área nas esferas municipal, estadual e federal.

A justificativa para a ofertado curso esta pautada nas transformações que a Administração Pública brasileira vem passando tanto operacionais com culturais, sob a influência das novas posturas gerenciais do Estado, e consequentemente com mudanças nos organismos públicos que se aprofundaram e ganharam notoriedade. Alguns estados, inclusive o brasileiro, realizaram um esforço grande para melhor focar as atividades de governo no atendimento ao cidadão, tornando a máquina estatal mais leve e produtiva.

As diretrizes desta reforma foram lastreadas no conjunto de princípios da chamada Administração Pública Gerencial, a saber: foco nos resultados, indicadores de desempenho, parcerias, trabalho em rede, gestão do conhecimento, autonomia e responsabilização, transparência, controle social e avaliação dos recursos públicos.

A definição de Reforma Gerencial se encerra em sete características da nova gestão pública: administração profissional, indicadores de desempenho explícitos, maior ênfase no controle de resultados, divisão das organizações públicas em unidades menores, maior competição entre unidades, ênfase no uso de práticas de gestão originadas no setor privado, e ênfase em maior disciplina e parcimônia no uso de recursos.

Apesar da necessidade de profissionalização da administração pública, é escassa a oferta de cursos de graduação na área pública no Estado do Pará, o que dificulta a modernização da administração nas esferas federal, estadual e municipal.

Segundo SANTOS (2006) se o Estado deve se orientar para as entregas (de bens e serviços) à sociedade para a comunicação com a população e o diálogo federativo, então os instrumentos de planejamento, orçamento e gestão por parte dos gestores públicos devem ser construídos para o desenvolvimento e orientá-lo para a redução das desigualdades de sua região.

Nas últimas décadas a gestão pública vem buscando o planejamento e formulação de políticas responsáveis por ações que resultem na melhoria da qualidade de vida das populações nas cidades, Estados e Países e a elaboração, implantação, monitoramento e

avaliação temporal dos resultados das políticas públicas, obedecendo os ditames constitucionais da impessoalidade, da legalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.

Com esse intuito o IFPA comprometido com a sociedade brasileira e paraense vem através do curso de Tecnologia em Gestão Pública garantir dentro da concepção institucional, a oferta de um ensino profissionalizantes aos agentes públicos frente aos desafios socioeconômicos do Estado do Pará.

2.2 Caracterização da Região

O Estado do Pará tem uma população de 7.581.051 habitantes¹, distribuída em 144 municípios, com grande concentração urbana, destaca-se por suas reservas minerais, hídricas, potencial energético hidrelétrico e pela vasta bioma, porém apresenta um contraste socioeconômico por parte da população estar vivendo abaixo da linha de pobreza, uma das consequências da má distribuição de renda, o que exige gestores públicos qualificados e políticas públicas com bases sustentáveis ao desenvolvimento da região.

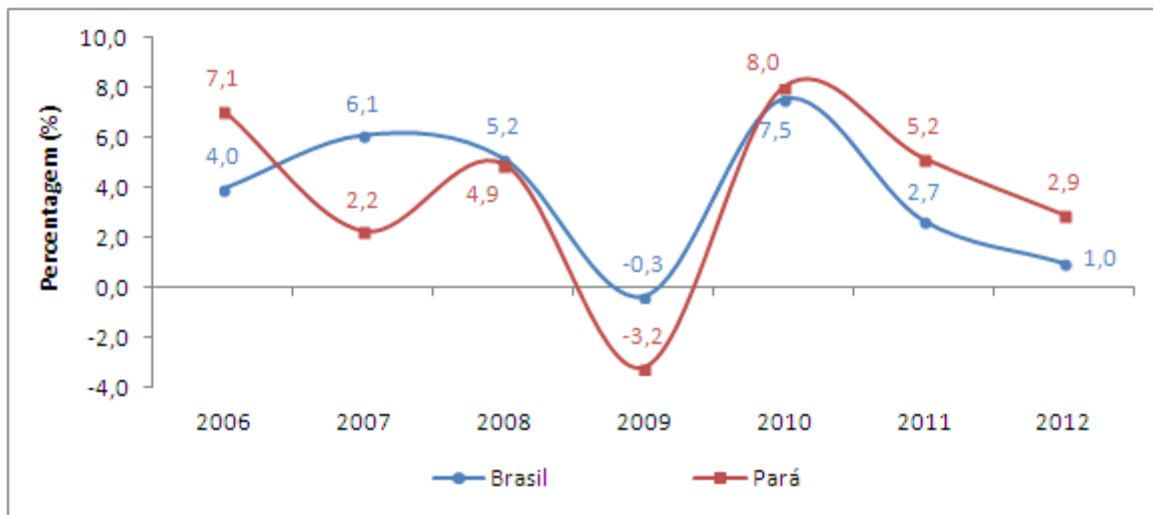
Nas últimas cinco décadas, o estado triplicou sua população, seja por nascimento e mortes ou pelo fenômeno da migração que direciona ao Estado elevado contingente populacional, se comparado ao movimento migratório de outros estados e regiões do país. A soma desses fatores resultou em significativa mudança no padrão de ocupação do espaço territorial do Estado, cuja densidade demográfica passou de 1,74 hab/km², em 1970, para 6,08 hab/km², em 2010.

O resultado do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2012 encerrou com crescimento real de 1,0%, representando um aumento de 6,0%, passando de R\$ 4.143 bilhões em 2011 para R\$ 4.392 bilhões em 2012, a preços de mercado corrente.

Na comparação por Região o Norte foi o de menor participação PIB nacional (5,3%, em relação a 2011 houve perda de 0,1pp. Em crescimento real o PIB paraense apresentou crescimento de 2,9% em 2012, resultado menor que o ano de 2011, porém com destaque em expansão mais que a média nacional.

Evolução do PIB paraense em relação ao PIB Brasil%

¹ Dados do IBGE-2010.



Fonte: IBGE e IDESP, 2014.
Elaboração: IDESP.

2.2.1 Aspecto econômico do estado

Os empreendimentos econômicos do estado do Pará potencializam competitividade com base no modelo econômico de APLs, nas áreas que configura alavancagem nos crescimentos econômicos e de infraestrutura empresarial.

A elaboração de uma estratégia de governança é efetivada por ações integradas de políticas públicas estruturada em conjunto com os diversos atores envolvidos (empresários, sindicatos, entidades de educação, de crédito, de tecnologia, agências de desenvolvimento, entre outras), ou seja, necessidades de fomento aos Arranjos Produtivos Locais (APLs) com critérios para a elaboração de modelo de gestão de políticas públicas em APL.

São destaques os seguintes APLs do estado:

- APL de Turismo da Região de Marajó
- APL de Artefatos de Madeira da Região da BR 222
- APL de Apicultura da Região Nordeste Paranaense
- APL de Floricultura da Microregião de Belém e de Castanhal
- APL de Fruticultura da Região Salgado Paraense
- APL de Pesca e Aquicultura da Região de Bragança

- APL Lácteo da Região Sul e Sudeste do Pará

2.2.2 Análise Setorial

Na análise dos maiores setores de atividades econômicas no ano de 2012, o setor de serviços teve um crescimento real de 5,1%, resultado que garantiu destaque no valor adicionado do Estado, passando de 51,5% em 2011 para 55,2% em 2012.

O setor da agropecuária não apresentou expansão no volume de produção, no entanto, o setor ganhou 1,1 p.p de participação no VA paraense, passando de 6,1% para 7,2% de participação. O setor da indústria teve pouca representação 0,4% no VA estadual, o setor perdeu 4,9 p.p de participação, passando de 42,5% para 37,6%, devido à redução no seu valor adicionado (R\$ 34.343 milhões em 2011 para R\$ 30.698 milhões em 2012).

Em 2012 as atividades econômicas em destaque, foram: construção civil 17,1%; transportes 11,9%; comércio 8,1% e outros serviços 5,6%¹. Em relação às atividades com resultados negativos pode-se destacar: extrativa mineral (-2,7%); produção e distribuição de eletricidade e água (-2,0%); e indústria de transformação (-1,9%).

Participação e taxa de crescimento das atividades econômicas do estado do Pará(2011-2012)

Setores/Atividades	VA corrente (R\$ Milhões)		Estrutura de participação (%)		Crescimento real (%)	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Agropecuária	4.895	5.899	6,1	7,2	2,7	0,0
Indústria	34.343	30.698	42,5	37,6	6,1	0,4
Extrativa mineral	21.883	18.080	27,1	22,1	8,1	(2,7)
Transformação	4.305	4.359	5,3	5,3	(4,9)	(1,9)
Prod. e distr. de eletric. e água	3.107	2.741	3,8	3,4	6,1	(2,0)
Construção	5.048	5.518	6,2	6,8	10,7	17,1
Serviços	41.584	45.126	51,5	55,2	4,7	5,1
Comércio	7.643	8.531	9,5	10,4	7,3	8,1
Transportes	3.124	3.568	3,9	4,4	11,3	11,9
Serviços de informação	1.420	901	1,8	1,1	2,5	2,4
Intermediação financeira	2.171	2.364	2,7	2,9	5,0	2,9
Administração pública	13.857	15.328	17,1	18,8	2,3	2,8
Ativ. imobiliárias e aluguel	6.489	6.900	8,0	8,4	2,1	4,1
Outros serviços ¹	6.880	7.534	8,5	9,2	6,9	5,6
Valor Adicionado	80.822	81.724	100,0	100,0	5,2	2,8

Fonte: IBGE e IDESP, 2014.

Elaboração: IDESP.

Em relação à atividade industrial paraense apresentou um crescimento de 0,4% no ano de 2012, com recuo no valor adicionado bruto de 10,6% em relação a 2011, causado por queda nos preços das *commodities*.

Em relação ao setor de serviços no estado cresceu 5,1% em 2012, desempenho superior ao observado no ano anterior 4,7%, com valor adicionado de R\$ 45.126 milhões, aumento de 8,52% em comparação a 2011. As atividades de destaque no setor são: a administração pública, o comércio e as atividades imobiliárias e aluguel, totalizando 68,2% do VA em 2012.

Participação das atividades de serviço no valor adicionado do setor de serviços do estado do Pará (2011-2012)

Atividades	Estrutura de participação (%)		Diferença percentual
	2011	2012	
Serviços	100,0	100,0	-
Comércio	18,4	18,9	0,5
Transportes	7,5	7,9	0,4
Serviços de informação	3,4	2,0	-1,4
Intermediação financeira	5,2	5,2	0,0
Administração pública	33,3	34,0	0,6
Atividades imobiliárias e aluguel	15,6	15,3	-0,3
Outros serviços	16,5	16,7	0,2

Fonte: IBGE e IDESP, 2014.
Elaboração: IDESP.

2.2.3. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

Segundo dados do IDESP o IDHM do estado do Pará em 2010 apresenta um índice de 0,746 sendo o 628º no ranking do país. Na evolução do desenvolvimento do humano nos anos de 1991 e 2010, houve um crescimento de 0,451 para 0,691 nos anos respectivamente, o que representa um nível de desenvolvimento médio.

IDHM por região de integração no estado do Pará (1991, 2000,2010)

Região de Integração	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM 2010
Metropolitana	0,451	0,563	0,691
Carajás	0,307	0,454	0,614
Araguaia	0,312	0,459	0,608
Guamá	0,355	0,469	0,603
Baixo Amazonas	0,328	0,447	0,594
Tapajós	0,306	0,426	0,587
Lago de Tucuruí	0,302	0,437	0,584
Rio Caeté	0,313	0,430	0,577
Rio Capim	0,312	0,418	0,574
Tocantins	0,338	0,436	0,573
Xingu	0,285	0,421	0,571
Marajó	0,289	0,382	0,524

Fonte: IDESP

2.2.4 Mercado de Trabalho

No acompanhando do número de empregos e geração de renda e emprego a tendência de ocupação do mercado de trabalho paraense em 2011 a administração pública agrega o resultado de 372.030 empregos formais, com destaque para os setores do serviço e comércio respectivamente, conforme demonstrado no gráfico.

Tabela 2 - Número de Empregos Formais – Pará 2011

Setor	Masculino	Feminino	Total
Extrativismo mineral	13.482	2.001	15.483
Indústria de transformação	74.966	15.666	90.632
Serv industrial up	5.819	1.197	7.016
Construção civil	69.639	5.424	75.063
Comércio	113.275	75.558	188.833
Serviço	147.202	93.308	240.510
Adm pública	160.575	211.455	372.030
Agropecuária	42.877	4.645	47.522
TOTAL	627.835	409.254	1.037.089

Fonte: RAIS/TEM

Segundo dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) em 2011 o número de funcionários públicos nos municípios do país sofreu uma expansão de 4,8% em dois anos, chegando a 5,96 milhões . O que representa um percentual de 3,1% do total da população brasileira que ocupam algum cargo público.

A mesma pesquisa apontou que dos estados que apresentaram mis avanço no número de funcionários em ocupação na administração direta entre 2009 e 2011 os estados da região norte tiveram um avanço em relação outras regiões. Com destaque para o estado do Pará com maior ritmo de número com avanço de 14% com aumento de ocupação de empregados nessa ocupação, somando 255,6 mil.

Segundo dados da PNAD em 2009, a população economicamente ativa de jovens paraense de 15 a 29 anos foi estimada em 1,3 milhão, dos quais mais de 194 mil estavam desocupados e 1,1 milhão exercia alguma forma de ocupação, sendo que, deste contingente de ocupados, 360.790 trabalhavam sem carteira de trabalho assinada, 215.893 trabalhavam por conta própria e 114.043 não eram remunerados, o que equivale a 61% dos jovens ocupados neste período.

Tabela 3 - Frequência Escolar por faixa etária em 2009. (Em %)

Faixa etária	Só estuda	Estuda e Trabalha	Só trabalha	Não trabalha nem estuda
15 a 29 anos	23,3	13,5	39,6	23,6
15 a 17 anos	65,0	18,3	6,7	10,1
18 a 24 anos	17,3	14,6	39,4	28,7
25 a 29 anos	4,2	8,6	61,7	25,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD/IBGE

Elaboração: Núcle de Análise Conjuntural - IDESP

Neste aspecto, a formação profissional e o nível de escolaridade dos jovens paraense deve ser prioridade dos gestores públicos, na geração de programas à educação e conhecimentos básicos ao desenvolvimento da capacidade de qualificação e formação escolar, adequada a demanda de mercado de trabalho da região.

Em relação a permanência na escola e o processo de vivencia do trabalho, os jovens paraense apresentam um percentual de 39,4% da faixa etária de 18 a 24 anos que só

trabalham. Os jovens vivenciam o conflito trabalho e escola, seja pela falta de oportunidades educacionais, seja pela ausência simultânea de oportunidades educacionais e de trabalho.

As ocupações que empregam a força de trabalho nesta faixa etária, destacam-se os setores do comércio, Construção Civil, Agropecuária, Serviços e Indústria de Transformação como os principais responsáveis pela alocação dos jovens em postos de trabalho no Pará.

A realidade econômica e social do estado do Pará, ocorrido na última década apresentou destaque da atuação estatal na estabilidade macroeconômica, desenvolvimento sustentável e crescimento do emprego e da renda.

Porém, mais arranjos de políticas públicas como PAC, PDE, Bolsa Família, entre outras, precisam ser garantindo, e de outras políticas está diretamente relacionada a capacidade de gestão das mesmas.

Nesse âmbito, os aspectos da realidade que se deseja alterar são fundamentais para uma adequada gestão, e os indicadores é uma ferramenta que confirmam a efetivação do Curso de Tecnologia em Gestão Pública.

Esse cenário também pode ser apresentado pela verticalização do processo didático-pedagógico do curso com a aprovação e implantação do Plano de Curso de Especialização *lato sensu* em Gestão Pública em 2010. Seu processo Seletivo realizado em 2011 com 50 vagas ofertadas e preenchidas, ao atendimento profissional no segmento de Gestão Pública.

3. REGIME LETIVO

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública funciona na modalidade presencial, relativo ao eixo tecnológico de Gestão e Negócios do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, com as seguintes características gerais:

Número de Vagas: 30 vagas por ano.

Turno de Funcionamento: o curso será ofertado no período vespertino e noturno.

Modalidade de Oferta: presencial.

Título Conferido: Tecnólogo em Gestão Pública.

Duração: tempo mínimo de cinco semestres², desde que o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) seja realizado concomitantemente com as disciplinas último semestre do curso.

Carga Horária:

Período Letivo: 1º semestre

Regime Letivo: semestral

Atos normativos do Curso: Portaria de Funcionamento nº 003/2007-CONDIR. Portaria de Reconhecimento SETEC/MEC nº 493, de 20 de dezembro de 2011.

Avaliações Externas: São utilizados os Instrumento de Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, quanto as dimensões de avaliação. O curso não tem o Conceito Preliminar do Curso, pois aguarda ser avaliado pelo ENADE.

Período de Integralização: tempo máximo de oito semestres.

Unidade Acadêmica de Funcionamento: Campus Belém (Sede)

4.OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública tem por objetivo promover a qualificação de cidadãos para ingressar no mercado de trabalho qualificando profissionais que já atuem na administração pública possibilitando atuação na gestão das instituições públicas, com eficiência na garantia dos serviços prestados à sociedade contribuindo para que as instituições públicas possam realizar as suas missões.

4.2 Objetivos Específicos

- Possibilitar aos profissionais da Gestão Pública atitudes focadas na contribuição e modernização da gestão pública;
- Oportunizar a formação de profissionais capazes de gerenciar recursos humanos, financeiros, materiais com eficiência dentro dos princípios legais que regulamentam a gestão pública e do compromisso com a sociedade;

² Salvo os casos omissos.

- Contribuir para a melhoria do desenvolvimento das políticas e programas públicos e satisfação da sociedade.

5. REQUISITOS E FORMA DE ACESSO AO CURSO

A forma de acesso ao curso de Gestão Pública da sua primeira turma em 2007 na IES ocorreu por meio de Processo Seletivo Especial, publicado em edital, para seus servidores técnicos administrativos do quadro permanente com o Ensino Médio Completo, com prazos e determinações legais quanto ao turno, vagas, com a realização de uma prova para ingresso em 2007/1º.

A partir de 2008 o curso passou a ser ofertado no Processo Seletivo Anual do IFPA para preenchimento de vagas nos cursos superiores de graduação, com 30 vagas ofertadas e preenchidas no turno matutino, com a realização de uma prova para ingresso em 2007/1º

A partir de 2009 a IES adota a política de acesso integralmente ao curso de Tecnologia em Gestão Pública pelo sistema SISU/Sistema de Seleção Unificada foi desenvolvido pelo Ministério da Educação, com base na nota obtida pelo candidato no ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio, dentro dos limites de vagas garantido ao curso (30 vagas anuais).

A IES acompanha o cumprimento do programa de cotas para admissão no ensino superior pela Lei nº 12.711/2012 de 29 de agosto de 2012 que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio o IFPA passa a garantir a política de cotas para ingresso ao ensino, e regulamentada pelo o Decreto nº 7.824 de 11 outubro de 2012 que define as condições gerais de reservas de vagas, e pela Portaria Normativa nº 18 de 11 de outubro de 2012 que sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino.

Em 2011 foi efetivado uma Política Institucional a partir do Decreto nº 5.776 entre o IFPA e a Universidade Federal do Pará (UFPA) e a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) para qualificação de seus servidores técnicos administrativos. Firmados através de Termo de Cooperação Técnica entre as IES com a realização de Processo Seletivo Especial para a UFRA e para a UFPA.

Adicionalmente ao ingresso pelo SISU/ENEM, a instituição também promove a inclusão e o acesso por meio da ocupação de vagas ociosas, oriundas de acadêmicos desistentes, definidas conforme Art. 10 da Organização Didática:

A forma de ingresso nos cursos ofertados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica do Pará, far-se-á de acordo com o Plano de Ingresso Institucional mediante:

- I. A realização de Processo Seletivo classificatório para candidatos egressos, conforme edital por nível ensino;
- II. Transferência de outra instituição de ensino;
- III. Decorrente de Convênio, Intercâmbio ou Acordo Cultural.

Acrescenta-se a estas, as estabelecidas nos Art 31 e Art. 32 da Organização Didática. No art 31 por transferência interna a transferência ocorrida entre unidades de ensino no âmbito da REDE Federal e entre os Campi do IFPA. E no Art. 32 por transferência externa a transferência de outra instituição para o IFPA através de Processo Seletivo Especial (Vestibulinho).

O curso está disposto em 05 semestres, com um tempo mínimo de 2,5 anos e máximo de 4 anos para integralização.

6. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O Projeto Pedagógico do Curso articula suas competências e habilidades definidas ao perfil do egresso atendendo os designados nas diretrizes curriculares nacionais, em seu art. 2º:

- I –incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos;
- II - incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica, e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho;
- III - desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a gestão de processos e a produção de bens e serviços;
- IV -propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias;

V - promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação;

VI- adotar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanente dos cursos e seus currículos;

VII- garantir a identidade do perfil profissional de conclusão de curso e da respectiva organização curricular.

Em consonância com as bases legais e institucionais, o curso propõe competências e habilidades que deve garantir o desenvolvimento inovador das atividades profissionais ao egresso do curso:

- 1 Aplicar os princípios da Legislação Administrativa na gestão pública
- 2 Articular políticas públicas e sociais brasileiras;
- 3 Utilizar os conceitos éticos e legais pertinentes à esfera pública;
- 4 Avaliar os aspectos econômicos e os impactos das finanças públicas sobre a sociedade e sobre os órgãos;
- 5 Utilizar ferramentas contábeis para aplicar na administração pública;
- 6 Conhecer a organização do Estado brasileiro e as funções inerentes a cada instância ou escalão do governo em seus âmbitos federal, estadual e municipal;
- 7 Conhecer as ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao processo operacional dos órgãos da administração pública;
- 8 Utilizar as ferramentas de auditoria em âmbito federal, estadual e municipal;
- 9 Assessorar o desenvolvimento de campanhas de marketing na esfera pública;
- 10 Coordenar o uso de ferramentas de tecnologia da informação no setor público;
- 11 Desenvolver e implementar projetos de interesse social no setor público;
- 12 Propor ações inovadoras e empreender no setor público;
- 13 Utilizar as Teorias Administrativas para a tomada de decisões;
- 14 Planejar a organização, a operação, o controle e a avaliação dos processos de gerenciamento das pessoas, dos recursos, da logística e dos sistemas de informação, no âmbito da gestão pública.

Ao término do curso o tecnólogo em Gestão Pública o egresso será um profissional com competências e conhecimentos para desenvolver e aplicar conceitos e ferramentas de

gestão em instituições públicas, nas esferas federal, estadual ou municipal.

Com sólidos conhecimentos sobre as regulamentações legais específicas do segmento, é capaz de planejar, implantar, executar e avaliar programas e projetos em políticas públicas, Recursos Humanos, Finanças, Orçamento, Tributos, Legislação, Marketing e Logística em instituições públicas.

7 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL INTINERÁRIO FORMATIVO

Atendendo as recomendações e requisitos legais do CNE, das DCNs e do Catalogo Nacional dos Cursos de Tecnologias a estrutura curricular do curso respeita e cumpre os princípios metodológicos articulados pela instituição, no sentido de contribuir para melhorar e qualificar o processo ensino-aprendizagem.

Encontra-se organizado em torno de dois eixos, um básico e outro profissional, e cinco blocos: um básico, denominado Bases Científicas e Instrumentais, e quatro profissionalizantes, quais sejam: Organizações e Gestão de Pessoas; Legislação aplicada a Administração Pública; Administração Financeira do Setor Público; e Planejamento Estratégico e Projetos Governamentais, um Trabalho de Conclusão de Curso e o desenvolvimento de Atividades Complementares, e o Estágio Obrigatório.

O curso é ofertado anualmente, com disciplinas oferecidas semestralmente em 5 semestres, totalizando dois anos e meio de curso, com um tempo de integralização de 4 anos. Os blocos são detalhados a seguir.

7.1 Bases Científicas e Instrumentais

Constituído de conhecimentos básicos que darão suporte para o desenvolvimento das competências e habilidades que caracterizam o profissional da área de gestão pública e condições para a realização estudos subseqüentes ou ampliação dos conhecimentos adquiridos no decorrer do curso.

- 1 Capacidade de expressar-se no próprio idioma na forma oral e escrita com clareza e objetividade;
- 2 Utilizar instrumento de informática para uso nas organizações;
- 3 Estabelecer relações e conexões nos contextos macro e micro

econômico;

- 4 Ser capaz de valorizar a busca do conhecimento e a prática na vida pessoal e profissional.

7.2 Organizações e Gestão de Pessoas

Constituído de conhecimentos profissionalizantes que darão suporte para o desenvolvimento das competências e habilidades relacionadas com a gestão de organizações e dos recursos humanos no setor público, com a aplicação das teorias da organização e da legislação específica. As competências a serem adquiridas neste bloco são as seguintes:

- 1 Conhecer a organização do Estado brasileiro e as funções inerentes a cada instância ou escalão do governo em seus âmbitos federal, estadual e municipal;
- 2 Conhecer as ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao processo operacional dos órgãos da administração pública;
- 3 Assessorar o desenvolvimento de campanhas de marketing na esfera pública;
- 4 Coordenar o uso de ferramentas de tecnologia da informação no setor público;
- 5 Propor ações inovadoras e empreender no setor público;
- 6 Utilizar as Teorias Administrativas para a tomada de decisões;
- 7 Planejar a organização, a operação, o controle e a avaliação dos processos de gerenciamento das pessoas, dos recursos, da logística e dos sistemas de informação, no âmbito da gestão pública.

7.3 Legislação aplicada a Administração Pública

Constituído de conhecimentos profissionalizantes relacionadas com direito e legislação com o objetivo de capacitar o aluno, de forma a habilitá-los com as ferramentas necessárias a formulação de políticas públicas e gerenciamento eficaz dos programas governamentais de acordo com a legislação vigente no país. As competências a serem adquiridas neste bloco são as seguintes:

- 1 Aplicar os princípios da Legislação Administrativa na gestão pública; e
- 2 Utilizar os conceitos éticos e legais pertinentes à esfera pública.

7.4 Administração Financeira do Setor Público

Constituído de conhecimentos profissionalizantes que darão suporte para o desenvolvimento das competências e habilidades relacionadas com a gestão financeira no setor público, com a utilização de conhecimentos de economia, legislação específica, e técnicas de gestão de custos e elaboração de instrumentos orçamentários. As competências a serem adquiridas neste bloco são as seguintes:

- 1 Avaliar os aspectos econômicos e os impactos das finanças públicas sobre a sociedade e sobre os órgãos;
- 2 Utilizar ferramentas contábeis para aplicar na administração pública;
- 3 Conhecer as ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao processo operacional dos órgãos da administração pública;

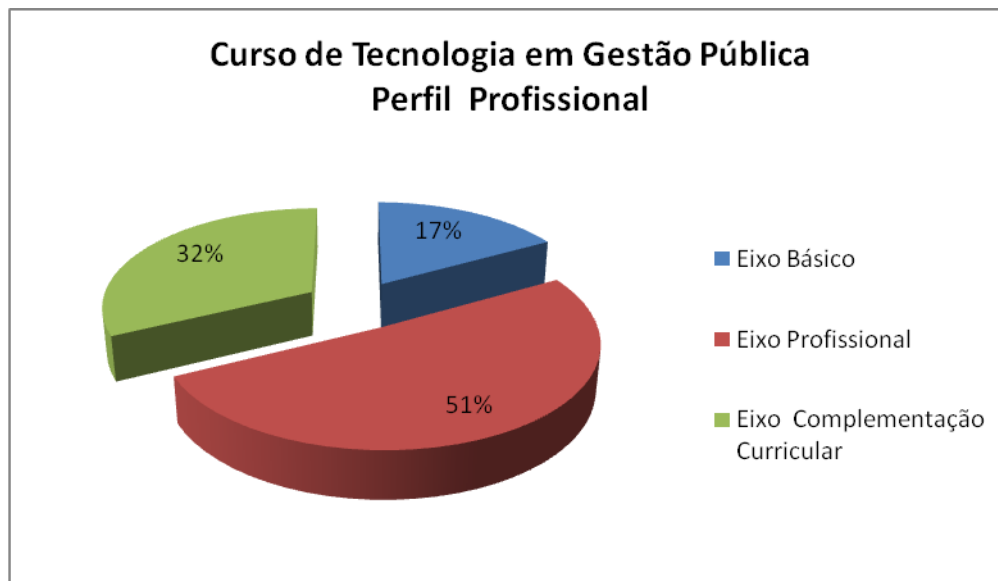
7.5 Planejamento Estratégico e Projetos Governamentais

Constituído de conhecimentos profissionalizantes que darão suporte para o desenvolvimento das competências e habilidades relacionadas à condução do processo de planejamento e elaboração de projetos no setor público. As competências a serem adquiridas neste bloco são as seguintes:

- 1 Articular políticas públicas e sociais brasileiras;
- 2 Conhecer a organização do Estado brasileiro e as funções inerentes a cada instância ou escalão do governo em seus âmbitos federal, estadual e municipal;
- 3 Desenvolver e implementar projetos de interesse social no setor público;
- 4 Propor ações inovadoras e empreender no setor público;

A carga horária do curso totaliza 2.360 h/a distribuídas, sendo 1.600 h/a são distribuídas em 34 disciplinas, sendo 29 disciplinas obrigatórias e 01 disciplina optativa, 360 horas de estágio, 40 horas de Práticas Profissionais, 200 h/a correspondem ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Adicionam-se ainda 160 h/a de Atividades Complementares.

Distribuição de Carga Horária por Eixo%



Organização das Disciplinas por Blocos de Conhecimento

n	Disciplina	CH	Eixo Básico
1	Português Instrumental	60	Bases Científicas e instrumentais
2	Estatística Básica	40	Bases Científicas e instrumentais
3	Economia Básica	40	Bases Científicas e instrumentais
4	Informática Básica	60	Bases Científicas e instrumentais
5	Instituições de Direito	80	Bases Científicas e instrumentais
6	Contabilidade Básica	60	Bases Científicas e instrumentais
7	Metodologia Científica	60	Bases Científicas e instrumentais

CH Total do bloco de conhecimento 400

N	Disciplina	CH	Eixo Profissional
8	Administração Básica	80	Organizações e Gestão de Pessoas
9	Logística no Setor Público	40	Organizações e Gestão de Pessoas
10	Marketing Público	40	Organizações e Gestão de Pessoas
11	Gestão de Pessoas	60	Organizações e Gestão de Pessoas
12	Organização, Sistemas e Métodos	40	Organizações e Gestão de Pessoas
13	Sistemas de informação	40	Organizações e Gestão de Pessoas
14	Administração Rec. Mat. E Patrimoniais	40	Organizações e Gestão de Pessoas
15	Direito Administrativo	80	Legislação aplicada a Adm. pública
16	Licitações e Contratos na Adm. Pública	40	Legislação aplicada a Adm. pública
17	Ética na Administração Pública	40	Legislação aplicada a Adm. pública
18	Direito Tributário	40	Legislação aplicada a Adm. pública
19	Regime Jurídico do Agente Público	60	Legislação aplicada a Adm. pública
20	Políticas Públicas	60	Plan. estratégico e proj. governamentais
21	Elaboração e Análise de Projetos	80	Plan. estratégico e proj. governamentais
22	Ciência Política	60	Plan. estratégico e proj. governamentais

Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia do Pará – IFPA
Plano do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

23	Planejamento Estratégico	80	Plan. estratégico e proj. governamentais
24	Contabilidade Pública	60	Adm. financeira do setor público
25	Matemática Financeira	40	Adm. financeira do setor público
26	Economia do Setor Público	40	Adm. financeira do setor público
27	Orçamento Público	60	Adm. financeira do setor público
28	Gestão de Custos	40	Adm. financeira do setor público
29	Controle Interno na Administração Pública	40	Adm. financeira do setor público
30	Disciplina Optativa	40	

CH Total do bloco de conhecimento 1200

n	Disciplina	CH	Eixo Complementação Curricular
31	Atividades Complementares	160	Complementação curricular
32	TCC	200	Complementação curricular
33	Estágio Supervisionado	360	Complementação curricular
34	Práticas Profissionais	40	Complementação curricular

CH Total do bloco de conhecimento 760

Total de Carga Horária do Curso 2.360

Matriz curricular do CST em Gestão Pública organizada por semestre

Disciplinas	CHR	CHA
1º Semestre		
Português Instrumental	60	72
Estatística Básica	40	48
Informática Básica	60	72
Instituições de Direito	80	96
Economia Básica	40	48
Administração Básica	80	96
Sub-Total	360	432
2º Semestre		
Contabilidade Básica	60	72
Metodologia Científica	60	72
Marketing Público	40	48
Direito Administrativo	80	96
Direito Tributário	40	48
Matemática Financeira	40	48
Ciência Política	60	72
Sub-Total	380	456
3º Semestre		
Licitações e Contratos na Administração Pública	40	48
Organização, Sistemas e Métodos	40	48
Políticas Públicas	60	72
Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais	40	48
Orçamento Público	60	72

Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia do Pará – IFPA
Plano do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

Economia do Setor Público	40	48
Planejamento Estratégico	80	96
Sub-Total	360	432
4º Semestre		
Logística no Setor Público	40	48
Regime Jurídico do Agente Público	60	72
Contabilidade Pública	60	72
Gestão de Custos	40	48
Gestão de Pessoas	60	72
Sub-Total	260	312
5º Semestre		
Controle Interno na Administração Pública	40	48
Sistemas de Informação	40	48
Ética na Administração Pública	40	48
Elaboração e Análise de Projetos	80	96
Optativa	40	48
Sub-Total	240	288
CARGA HORÁRIA MÍNIMA	1600	1920
Atividades Complementares	160	192
Práticas Profissionais	40	48
Trabalho de Conclusão de Curso	200	240
Estágio Supervisionado	360	432
CARGA HORÁRIA TOTAL	2360	2832

Matriz das Disciplinas Optativas

Disciplinas Optativas	CHR	CHA
Empreendedorismo no Setor Público	40	48
Políticas e Tecnologias Educacionais	40	48
Política e Legislação Urbana	40	48
Planejamento em Saúde Pública	40	48
Libras	40	48

8 MATRIZ CURRICULAR

As 30 disciplinas do curso são apresentadas, disposto por semestre letivo, juntamente com a carga horária total de disciplinas de cada semestre.

Eixo Tecnológico ou Áreas de Conhecimento	Componente Curricular	Hora/aula (50mim)	Hora /Relógio (60mim)	S/A	N/C
Bases Científicas e instrumentais	Português Instrumental	60	72	S	N
	Estatística Básica	40	48	S	N
	Economia Básica	40	48	S	N
	Informática Básica	60	72	S	N
	Instituições de Direito	80	96	S	N
	Contabilidade Básica	60	72	S	N
	Metodologia Científica	60	72	S	N
	Libras (optativa)	40	48	S	N
Organizações e Gestão de Pessoas	Administração Básica	80	96	S	N
	Logística do Setor Público	40	48	S	N
	Marketing Público	40	48	S	N
	Gestão de Pessoas	60	72	S	N
	Organizações, Sistemas e Métodos	40	48	S	N
	Sistemas de informação	40	48	S	N
	Administração Recursos de Mat. e Patrimoniais	40	48	S	N
	Empreendedorismo no Setor Público (optativa)	40	48	S	N
Planejamento Estratégico e Projetos Governamentais	Políticas Públicas	80	96	S	N
	Elaboração e Análise de Projetos	80	96	S	N
	Ciência Política	60	72	S	N
	Planejamento Estratégico	80	96	S	N
	Políticas e Tecnologias Educacionais (optativa)	40	48	S	N
	Política e Legislação Urbana (opativa)	40	48	S	N
	Planejamento em Saúde Pública (opativa)	40	48	S	N
Administração Financeira do Setor Público	Contabilidade Pública	60	96	S	N
	Matemática Financeira	40	48	S	N
	Economia do Setor Público	40	48	S	N
	Orçamento Público	60	72	S	N

Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia do Pará – IFPA
Plano do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

Complementação o Curriculares	Gestão de Custos	40	48	S	N
	Controle Interno na Administração Pública	40	48	S	N
	Estágio Supervisionado	360	432	S	N
	Práticas Profissionais	40	48	S	N
	TCC	200	240	S	N
	Atividades Complementares	160	192	S	N

**Quadro 2 - Matriz curricular do CST em Gestão Pública do IFPA-Campus BELÉM
organizada por semestre**

Disciplinas	CHR	CHA
1º Semestre		
Português Instrumental	60	72
Estatística Básica	40	48
Informática Básica	60	72
Instituições de Direito	80	96
Economia Básica	40	48
Administração Básica	80	96
Sub-Total	360	432
2º Semestre		
Contabilidade Básica	60	72
Metodologia Científica	60	72
Marketing Público	40	48
Direito Administrativo	80	96
Direito Tributário	40	48
Matemática Financeira	40	48
Ciência Política	60	72
Sub-Total	380	456
3º Semestre		
Licitações e Contratos na Administração Pública	40	48
Organização, Sistemas e Métodos	40	48
Políticas Públicas	60	72
Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais	40	48
Orçamento Público	60	72
Economia do Setor Público	40	48
Planejamento Estratégico	80	96
Sub-Total	360	432
4º Semestre		

Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia do Pará – IFPA
Plano do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

Logística no Setor Público	40	48
Regime Jurídico do Agente Público	60	72
Contabilidade Pública	60	72
Gestão de Custos	40	48
Gestão de Pessoas	60	72
Sub-Total	260	312
5º Semestre		
Controle Interno na Administração Pública	40	48
Sistemas de Informação	40	48
Ética na Administração Pública	40	48
Elaboração e Análise de Projetos	80	96
Optativa	40	48
Sub-Total	240	288
CARGA HORÁRIA MÍNIMA	1600	1920
Atividades Complementares	160	192
Práticas Profissionais	40	48
Trabalho de Conclusão de Curso	200	240
Estágio Supervisionado	360	432
CARGA HORÁRIA TOTAL	2360	2832

Matriz das Disciplinas Optativas

DISCIPLINAS OPTATIVAS	CHR	CHA
Empreendedorismo do Setor Público	40	48
Políticas e Tecnologias Educacionais	40	48
Política e Legislação Urbana	40	48
Planejamento em Saúde Pública	40	48
Libras	40	48

9 DESCRIÇÃO DE CADA DISCIPLINA

1º SEMESTRE

1. PORTUGUÊS INSTRUMENTAL	CHR: 60 CHA: 72
EMENTA: • Leitura e construção de Sentido • Produção de textos • Atualização Gramatical • Redação Técnica	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	

AQUINO, Renato. Interpretação de Textos. 13ª.ed. Niteroi, Rio de Janeiro, Impetus, 2011.
 MEDEIROS, João Bosco. Português instrumental. 7ª.edição São Paulo: Atlas, 2008.
 VANOYE, Francis. Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita. 13ª. Ed, São Paulo. Martins Fontes, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CUNHA, Celso, Luís F. Lindley Cintra. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 5ª. Ed, Rio de Janeiro, Lexikon, 2008
 NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática para uso do português, São Paulo, UNESP, 2000.
 MEDEIROS, João Bosco. Português Instrumental para cursos de Contabilidade, Economia e Administração. 4ª. Ed, São Paulo, Atlas, 2000.

2. ESTATÍSTICA BÁSICA	CHR: 40 CHA: 48
EMENTA: • Estatística descritiva • Pesquisas e amostragem • Modelos estatísticos • Preparação de dados para análises estatísticas • Medidas estatísticas • Probabilidades • Distribuição de probabilidades • Variáveis aleatórias • Estimação e intervalo de confiança • Pesquisa e amostragem • Medidas estatísticas • Tese e hipóteses	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: LEVIN, Jack. Estatística para ciências humanas, São Paulo, Prentice Hall, 2004. LEVINE. David M. Estatística – Teoria e Aplicações usando o Microsoft Excel em Português, 5ª. Ed., Rio de Janeiro, LTC, 2008. MAGNUSSON, William E. Estatística sem Matemática: a ligação entre as questões e as análises. Londrina, Planta, 2005. MOORE, David. A Estatística Básica e sua prática. Rio de Janeiro, LTC, 2011.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CRESPO, Antonio Arnot. Estatística Fácil. São Paulo: Saraiva, 2002. MORETTIN, P. A. Estatística básica. São Paulo: Saraiva, 2004 MUCELIN, Carlos Alberto. Estatística. Curitiba, Livro Técnico, 2010. NEUFELD, John. Estatística aplicada a Administração usando Excel. São Paulo: Prentice Hall, 2003	
3. NOÇÕES DE INFORMÁTICA	CHR: 60

		CHA:72
EMENTA: • Operação do Sistema Operacional • Interface gráfica • Comandos básicos • Gerenciamento de Arquivos • Painel de Controle • Ambiente gráfico • Instalação de programas • Execução de programas e aplicativos • Processadores de Texto – principais comandos de edição • Planilha eletrônica – principais comandos • Apresentação de conteúdos – principais comandos • Redes e Internet		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CAPRON, H.L. JOHNSON,J.A Introdução à Informática, 8ª. Ed., São Paulo, Prentice Hall, 2004. CARVALHO, João Antonio Carneiro Leão Gomes. Informática para Concursos. 2ª. ED., Rio de Janeiro, Elsevier, 2005. MONTEIRO, Mario A. Introdução à organização de computadores. 5ª. Ed., Rio de Janeiro, LTC, 2011. SILBERTSCHATZ, Abraham. Fundamentos de Sistemas Operacionais. 8ª. Ed. , Rio de Janeiro, LTC,2011 VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: Conceitos Básicos, 7ª. Ed. Rio de Janeiro. Elsevier, 2004.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: KUROSE. James F. E, Redes de Computadores e a Internet, 5ª. Ed, São Paulo, Pearson, 2010. MEIRELLES, Fernando de Souza. Informática: novas aplicações com microcomputadores, 2ª.ed, São Paulo, Pearson. 1994.		

4. INSTITUIÇÕES DE DIREITO		CHR: 80 CHA: 96
EMENTA: • Direito Objetivo e Direito Subjetivo • Fontes do Direito • Normas Jurídicas e Normas Morais • Relação Jurídica • Divisão do Direito • A Constituição Federal e os princípios fundamentais • Os Direitos e garantias individuais • Direito Civil: Pessoa Natural e Pessoa Jurídica • Personalidade e Capacidade • Conceito e Classificação dos Bens		

• Direito Penal: Conceito de crime • Classificação dos crimes • Aplicação da Pena • Direito Ambiental: a justiça ambiental, Desenvolvimento Sustentável, Lei Ambiental, Política Nacional do Meio Ambiente
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BRANCATO, Ricardo Teixeira. Instituições de direito público e de direito privado. São Paulo: Saraiva, 2009. CAMPOS, Nelson Renato Palaia Ribeiro de. Noções essenciais de direito, 3ª.ed., São Paulo: Saraiva, 2005. Constituição da república federativa do Brasil. 1988 – atualizada DINIZ, Maria Helena. Compêndio de introdução à ciência do direito. 20ª. ed., São Paulo, Saraiva, 2009. JR. Arlindo Philippi. PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Educação Ambiental e Sustentabilidade. São Paulo, Manole, 2005. MARTINS, Sérgio Pinto. Instituições de direito público e privado. 9ª ed. Editora Atlas, 2008. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ASSUMPTÃO, Luiz Fernando Joly. Sistema de Gestão Ambiental. Curitiba, Juruá, 2011. CARVALHO, Carlos Gomes de. Introdução ao Direito Ambiental. 3ª.VED. São Paulo, Ed Letras & Letras, 2001. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Administração Pública. São Paulo, Malheiros, 2000. MARTINS, Nelson Palaia. Noções essenciais de direito. São Paulo: Saraiva, 2005 PRATA, Ana. Dicionário Jurídico, 4ª. Ed., Coimbra, Almedina, 2005.

5. NOÇÕES DE ECONOMIA		CHR: 40 CHA: 48
EMENTA: • A Ciência Econômica • O Sistema Econômico • Teorias Básicas de Microeconomia • Estrutura de Mercado • Formação de Preços • Teorias Macroeconômicas • Contabilidade Nacional: renda, consumo e investimento, taxa de câmbio, o balanço de pagamentos, estoque monetário e taxa de juros • Política monetária e Fiscal • Organização do Setor Público e Política Econômica • Modelo de crescimento econômico • Análise de conjuntura • Economia dos recursos naturais: Sustentabilidade. Recursos renováveis e não-renováveis		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ROSSETI, José Paschoal. Introdução à Economia. São Paulo: Atlas, 2007.		

STIGLITZ. Introdução à Macroeconomia. 3ª.ed, Rio de Janeiro, Campus, 2003.
 VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval, Manual de Introdução a Economia, Saraiva, 2011, São Paulo.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GREMAUD. Amaury Patricky. Economia Brasileira Contemporânea. 7ª. Ed, São Paulo, Atlas, 2007.
 HUBRMAN, Leo. História da Riqueza das Nações. 22ª ed. Rio de Janeiro, 2010.
 LARRAIN, Sachs. Macroeconomia: em uma economia Global, São Paulo, Pearson Makron Books, 2000

6. NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO	CHR: 80 CHA: 96
EMENTA: • Apresentação e estudo das organizações • Estudo das contribuições das principais Teorias da Administração • Estudos das etapas do processo administrativo • Estudos das unidades funcionais das organizações • Evolução e características da administração pública no Brasil • As singularidades brasileiras • Novos cenários e novos desafios • As tendências internacionais de mudança da Gestão Pública	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CHIAVENATO, Idalberto. Administração nos novos tempos. 2a edição, Rio de Janeiro, Ed. Campus, 2005. _____, Idalberto. Teoria Geral da Administração, 7ª.Edição, Rio de Janeiro, Campus, 2003. KWASNICKA, Eunice Lacava. Introdução à administração. São Paulo: Atlas, 2006. MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à administração. 6 ed, São Paulo: Atlas, 2008. PAULA, Ana Paula Paes. Por uma nova Gestão Pública. São Paulo, Rio de Janeiro, 2005.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: KANAANE,Roberto, Gestão Pública - planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas , Atlas, 2010. MOTTA, Fernando C. Preste. VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia. Teoria Geral da Administração, São Paulo, Pioneira Thomson, 2005. SANTOS, Clezio Saldanha dos. Introdução à gestão pública. São Paulo: Saraiva, 2008.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: KANAANE,Roberto, Gestão Pública - planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas , Atlas, 2010. SANTOS, Clezio Saldanha dos. Introdução à gestão pública. São Paulo: Saraiva, 2008.	

2º SEMESTRE

7. CONTABILIDADE BÁSICA	CHR: 60 CHA: 72
EMENTA: • Ciência da Contabilidade • Objetivos da Ciência Contábil • Técnicas Contábeis • Patrimônio • Princípios Fundamentais da Contabilidade • Estudo das Receitas, Custos e Despesas • Fatos Contábeis • Contas e Plano de Contas • Origens e Aplicações de Recursos • Operações com Mercadorias • Demonstrações Contábeis	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: AVILA, Carlos Alberto de. Contabilidade Básica. Curitiba, Livro Técnico, 2010. EQUIPE DE PROFESSORES DA USP. Contabilidade Introdutória. 10ed. São Paulo: Atlas, 2008. FERREIRA, Ricardo J. Contabilidade Básica. Rio de Janeiro, Ferreira, 2007. IUDICIBUS, Sergio de. MARION, José Carlos. Curso de Contabilidade para não contadores. 3ª.ed, São Paulo,Atlas, 2010. MARION, José Carlos. Contabilidade Empresarial. 16ª. Ed., São Paulo, Atlas, 2012	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2006. RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade geral fácil. São Paulo: Saraiva, 2002. SLOMSKI,Valmor. Manual de Contabilidade Pública, 2ª. Ed, São Paulo, Atlas, 2006.	

8. METODOLOGIA CIENTÍFICA	CHR: 60 CHA: 72
EMENTA: • Normas para a elaboração do Projeto Científico • Produção e Elaboração do Projeto • Conceitos básicos do processo de realização do Projeto de Pesquisa • Concepção, planejamento e desenvolvimento de Projetos Científicos • Diferenciação entre: Projeto Educacional, de Ensino, de Pesquisa e Intervenção • Como fazer Pesquisa de Campo e Relatório de Pesquisa • Revisão de trabalhos Monográficos • Elaboração do Trabalho Acadêmico • Montagem e Revisão do Trabalho Acadêmico • Normas para apresentação do Trabalho Acadêmico de Conclusão	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FRANÇA, Junia Lessa. VASCONCELLOS, Ana Cristina de. Manual para normatização de	

publicações técnicas-científicas. 8ª ed., Belo Horizonte, Edit. UFMG, 2011.
 GIL, Antonio Carlos. Como elaborar Projetos de Pesquisa, 5ª, ed, São Paulo, Atlas, 2010.
 LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos. Pesquisa bibliográfica, projeto e relatório. Publicações e trabalhos científicos. 6ª ed. Editora Atlas, 2001.

_____, Eva; Maria Marconi, Marina de A. Metodologia científica. SP, Atlas, 2009

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDRADE, M. M. Introdução à Metodologia do Trabalho Científico. 8ª. ed. , São Paulo: Atlas, 2007.

HADDAD, Nagib. Metodologia de estudos em ciências da saúde, como planejar, analisar e apresentar um trabalho científico. SP, Roca, 2004.

Moraes, Irany Novah. AMATO, Alexandre Campos. Metodologia da Pesquisa Científica. São Paulo, Roca, 2006.

9. MARKETING PÚBLICO	CHR: 40 CHA: 48
EMENTA: • Composto de Marketing • Planejamento de Marketing aplicado à Gestão Pública	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: KOTLER, Philip. Marketing no setor público. Porto Alegre, Bookman. 2008. _____. Philip e ARMSTRONG, Gary. Princípios de Marketing, 12a. ed. ,São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. SAMARA, Beatriz Santos. Pesquisa de marketing: Conceitos e Metodologia, 4ª. Ed, São Paulo, Pearson Prentice Hall, 2007.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: AMBROSIO, Vicente, Plano de Marketing: passo a passo ,Rio de Janeiro, Reichmann & Afonso, 2002. PORTER, Michael. Competição: estratégias competitivas essenciais. Rio de Janeiro: Campus, 1999. MATTAR, Fauze Najib. Pesquisa de Marketing, 3ª. Ed, São Paulo, Atlas, 2001.	

10. DIREITO ADMINISTRATIVO	CHR: 80 CHA: 96
EMENTA: • Administração Pública e seus Princípios • Os atos administrativos • Serviços públicos • Servidores públicos • O domínio público • A intervenção na propriedade e no domínio público • A responsabilidade civil da administração pública	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 21ª ed, São Paulo, Atlas, 2008.
_____, Maria Sylvia Zanella, Parcerias na administração pública: concessão, permissão, franquias, terceirização, parceria público-privado e outras formas, 6ª ed. São Paulo, Atlas, 2008.
JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários a Lei de Licitações e Contratos administrativos. 12ª.ED, São Paulo. Dialética, 2008.
MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 34 ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, 1988 Comentada.
FERNANDES, Jorge Ulisses. Vade-mecum. De licitações e contratos, 3ª. Ed, Belo Horizonte, 2008.
MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 29 ed. São Paulo: Malheiros, 1995.

11. DIREITO TRIBUTÁRIO	CHR: 40 CHA: 48
-------------------------------	----------------------------------

EMENTA:

- Introdução ao Direito Tributário
- Fontes do Direito Tributário
- Obrigação tributária
- Fato gerador e sujeito ativo e passivo
- Crédito Tributário
- Elisão e evasão fiscal
- Incidência, não incidência, imunidade e isenção
- Tributos federais, estaduais e municipais
- Contribuições especiais e parafiscais
- Administração pública
- Processo administrativo tributário
- Processo judicial tributário

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2008.
ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade pública na gestão municipal. 3ª ed. Editora Atlas, 2007.
CASTRO, Domingos Poubel de; GARCIA, Leice Maria. Contabilidade pública no governo federal: guias para reformulação do ensino e implantação da lógica da SIAFI nos governos municipais e estaduais com utilização do excel. 2ª ed. Editora Atlas, 2008.
COLETO, Aline Cristina, Albano Cicero, Legislação e Organização Empresarial, Curitiba, LT, 2010.
CRUZ, Flavio. Comentários a Lei nº 4320 Normas gerais do Direito Financeiro. 5ª. Ed. São Paulo, Altas. 2008.
_____, Flavio. Lei de Responsabilidade Fiscal. 5ª. ed. São Paulo, Atlas, 2008.
GIAMBIAGI, Fabio, Finanças Públicas: teoria e prática. 4ª.rev, Rio de Janeiro, Elsevier, 2011.

OKOHAMA, Helio. Contabilidade Pública. teoria e prática. 10ª ed. Editora Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Constituição da Republica Federativa do Brasil, 41 ED. São Paulo, Saraiva, 2008.
NOGUEIRA, Ruy Barbosa. Direito tributário brasileiro. São Paulo: Saraiva, 1999.
POSTIGLIONE, Marino Luiz. Direito Empresarial – o estabelecimento e seus aspectos contratuais. São Paulo: Manole, 2006.

12. MATEMÁTICA FINANCEIRA

CHR: 40

CHA: 48

EMENTA:

- Porcentagem
- Juros Simples
- Juros Compostos
- Desconto
- Sistemas de Amortização
- Capitalização Simples e Composta
- Séries de pagamento
- Montante e valor presente de termos constantes
- Equivalência de alternativas de recebimento e pagamento
- Técnicas de avaliação
- Aspectos adicionais
- Amortização de empréstimos
- Correção monetária

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRUNI, Adriano Leal. Estatística aplicada à gestão empresarial. 1ª ed. Editora Atlas, 2008
_____, A. L.FAMÁ, Rubens. Matemática Financeira. Com HP 12C e Excel. 5ª,ED, São Paulo, Atlas, 2008.
BUIAR. Celso Luiz, Matemática Financeira. Curitiba, Livro Técnico, 2010.
CRESPO, Antonio Arnot. Matemática Comercial e Financeira. 13 ed., São Paulo: Saraiva, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CALLIARI, Luiz Roberto. Matemática Aplicada na educação profissional, Curitiba, Base Editorial, 2010.
PUCCINI, Abelardo de Lima. Matemática Financeira: objetiva e aplicada. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2004
MARTINS, Gilberto de Andrade. Estatística geral e aplicada. 3ª ed. Editora Atlas, 2005.

13. CIÊNCIA POLÍTICA

CHR: 60

CHA: 72

EMENTA:

- Conceito de Ciência Política
- Ciência Política e Teoria do Estado
- Evolução histórica do Pensamento Político

• Pensamento Político Contemporâneo • Origem e Evolução do Estado • Estado Moderno • Estado Contemporâneo • Função Social do Estado Contemporâneo • Elementos do Estado • Formas de Estado e de Governo • Regimes Políticos • Investidura dos Governantes • Partidos Políticos • Formação do Estado Brasileiro
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: AVRITER, Leonardo, ANASTÁCIA, Fátima. Reforma política no Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 2006. BEAUD, Michel. Historia do capitalismo. : de 1500 até os nossos dias. \São Paulo, Brasiliense, 2004.x BOBBIO, Norberto. Teoria Geral da Política: A Filosofia Política e as Lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000. BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. São Paulo : Malheiros, 2012. HUBERMAN, Leo. Historia da riqueza do homem. 22ª ed. Rio de Janeiro, LTS, 2010.x WEFORT, Francisco C. Os clássicos da política. São Paulo, Atica, 2008. x BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BOBBIO, Norberto (Org.). Dicionário de política. Brasília: UNB, 1992, 2v. CHATELET, Francois. Historia das Idéias Políticas. JORGE ZAHAR, 2000.X MARCHIAVELL, Niccolo. O Príncipe. EDICOES DE OURO QUIRINO, Célia Galvão, VOUGA, Cláudio José T., BRANDÃO, Gildo Marçal. Clássicos do pensamento, político. São Paulo: EDUSP, 2004.x SOUSA, Vivaldo Reinaldo de. As Coligações Partidárias. PLENARIUM, 2006.
3º SEMESTRE

14. LICITAÇÕES E CONTRATOS	CHR: 40 CRA: 48
EMENTA: • Conceito da Licitação e do Contrato Administrativo • Procedimentos da Licitação Comissão, espécies, competências e responsabilidades • Modalidades de Licitação, suas características e funcionamento • Impugnações, recursos e mandado de segurança • Dispensa e inexigibilidade de Edital • Contratos Administrativos: O Contrato. O Gerenciamento. O Diagnóstico Situacional de Contratações • Pregão e Sistema de Registro de Preços • Lei de Concessões • Lei de Parceria Público-Privada	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	

ATLAS. Licitações e contratos da administração pública. São Paulo: Atlas, 2008.
 DI PIETRO, M. S. Z. Parcerias na Administração Pública: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
 DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Parcerias na administração pública. São Paulo: Atlas, 2008.
 JUSTEN FILHO, M. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 11. ed. São Paulo: Dialética, 2008.
 MEIRELLES, H. L. Direito Administrativo brasileiro. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 1995.
 _____. Licitação e contrato administrativo. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2007

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FIGUEIREDO, Lucia Valle. Direitos dos Licitantes. MALHEIROS, 1992.
 JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: Dialética.
 MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 29 ed. São Paulo: Malheiros, 2004.
 MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e Contrato Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2006.

15. ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS	CHR: 40 CRA: 48
EMENTA: • Introdução ao Estudo de Organização, Sistemas e Métodos • Fundamentos de Organização • Gráficos de Organização e Controle • Departamentalização • Estruturas Organizacionais • Patologia Administrativa • Análise Funcional/Estrutural • Análise e Distribuição do Espaço • Técnicas de Levantamento • Análise e Distribuição do Trabalho	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ARAÚJO, Luis César G de. Organizações, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacionais. vol. 1 4ª ed. Editora Atlas, 2008. CRUZ, Tadeu. Sistemas métodos e processos. 2ª ed. Editora Atlas, 2005 OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial. 18ª ed. Editora Atlas, 2009	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CURY, Antonio. Organização e Métodos: Uma perspectiva comportamental. São Paulo, Atlas 2000. _____, Antonio. Organização e métodos: uma visão holística. São Paulo: Atlas, 2006 FARIA, A . N. de. Organização e métodos. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2004.	

16. POLÍTICAS PÚBLICAS	CHR: 60
-------------------------------	----------------

		CHA: 72
EMENTA:		
• Conceito de Estado de Governo • Estrutura de poder e Políticas Públicas • Conceitos e metodologia de análise política pública • Política, programa, planos e projetos • Análise de Política Setorial: Habitação, Saúde, Segurança, Assistência Social, e Ambiental. • Lei 10.639: o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 20, n. 59, outubro de 2005, pp. 97-109. FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, n. 21, Junho de 2000, pp. 212-259. GASTALDI, J. P. Elementos de economia política. 19. ed. - São Paulo: Saraiva, 2005. HEIDEMANN, Francisco Gabriel, SALM, José Francisco (orgs.), Políticas públicas e desenvolvimento. Brasília: Editora da UnB, 2009. MUKAI, Toshio. Direito Urbano-ambiental brasileiro . Editora FORUM, 2012. PEREIRA, José Matias. Governança no Setor Público, Atlas, 2010. SOUZA. Marina de Melo e. Africa e Brasil Africano, Editora Atica, São Paulo, 2008.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Reforma do Estado para cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. Rio de Janeiro: Editora 34; Brasília: ENAP, 1998. FERLIE, Ewan, A nova administração pública em ação. Brasília: UNB, 2001. FIGUEIREDO, Argelina C., LIMONGI, Fernando. Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional. Rio de Janeiro: FGV, 1999. GIAMBIAGI, Fabio. ALÉM, Ana Claudia. Finanças públicas - teoria e prática no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2011. MATIAS-PEREIRA, J. Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil, 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2012 SILVA, Ricardo Toledo. Eficiência e Eficácia da Ação Governamental. IPEA, 2002.		

17. ADMINISTRAÇÃO REC. MATERIAIS E PATRIMONIAIS		CHR: 40 CHA: 48
EMENTA:		
• Técnicas da cadeia de suprimento para as soluções dos problemas relativos aos estoques, compras e armazenamento de materiais		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
COUTINHO, J.R. de A. Gestão Patrimonial na Administração Pública. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005. DIAS, M. A. P. Administração de materiais, princípios, conceitos e gestão. São Paulo: Atlas, 2005. MARTINS, P. G.; ALT, P. R. C. Administração de materiais e recursos patrimoniais. São		

Paulo: Saraiva, 2011.

POZO, Hamilton. Administração de recursos materiais e patrimoniais. São Paulo: Atlas, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARNOLD, J. R. Administração de Materiais. São Paulo: Atlas, 2008.

DIAS, Marco Aurélio P., Administração de materiais uma abordagem logística. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VIANA, João José, Administração de materiais. São Paulo: Atlas, 2009.

18. ORÇAMENTO PÚBLICO		CHR: 60 CHA: 72
EMENTA: • Evolução conceitual do Orçamento Governamental • Princípios orçamentários • Natureza jurídica do orçamento • Sistema Tributário Nacional – princípios constitucionais da tributação, competências, impostos da União, dos Estados e Distrito Federal e dos Municípios e repartição das Receitas Tributárias • Orçamento na Constituição Brasileira, Organização do Plano Plurianual e do Orçamento Anual • Lei de Diretrizes Orçamentárias • Responsabilidade fiscal • Conceitos • Limites e Condições • Relatórios de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal • Disciplinamento da Despesa • Normas gerais sobre Administração Financeira		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade pública na gestão municipal. São Paulo: Atlas, 2007. ARAUJO, Inaldo da Paixão Santos. Contabilidade Pública: da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2004. ARRUDA, Daniel, ARAÚJO, Inaldo. Contabilidade Pública: da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2004. CASTRO, Domingos Poubel de; GARCIA, Leice Maria. Contabilidade pública no governo federal: guias para reformulação do ensino e implantação da SIAFI nos governos municipais e estaduais com a utilização do excel. Editora Atlas, 2008 SILVA, Lino Martins. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2004.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: Lei de Responsabilidade Fiscal. Comentada. Editora Atlas, 2006. Secretaria de Orçamento Federal – SOF. Manual Técnico de Orçamentário – MTO. Brasília, 2006.		

19. ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO	CHR: 40
-------------------------------	---------

		CHA: 48
EMENTA:		
• Evolução e funções do Setor Público • Bens públicos versus Bens privados • Estudo das Finanças Públicas • Financiamento dos gastos públicos: O déficit e a dívida pública • Política fiscal • Federalismo fiscal • Custo de financiamento de bens públicos • Fontes de arrecadação • Poder fiscal • Capacidade de gastar, Impostos e Taxas • Planejamento regional: estudos e análises de realidade socioeconômica • Mobilidade dos fatores de produção • Vantagens competitivas regionais • Integração e inter-relacionamento regional		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo (Org.). Economia do setor público no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Campus, 2005. FILELLINI, Alfredo. Economia do setor público. São Paulo: Atlas.2000. FILHO, José Eudes Bezerra. Orçamento Aplicado ao Setor Público. Editora Atlas, 2012. GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM A. Claudia. Finanças Públicas: teorias e práticas no Brasil. 4ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2011. PISCITELLI, R. B.; TIMBÓ, M.Z.F; ROSA,M.B. Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública. 7.ed.rev.ampl.atual. São Paulo, Atlas, 2002		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
MINISTÉRIO DA FAZENDA (2003). Política Econômica e Reformas Estruturais. Brasília, abril. REZENDE, Fernando. Finanças Públicas – 2ª edição – São Paulo; Atlas, 2001. RIANI, Flávio. Economia do setor público : Uma abordagem introdutória. 4.ed. São Paulo: LTC, 2012.		

20. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO		CHR: 80 CHA: 96
EMENTA:		
• Estratégia, conceitos, e características sobre o desenvolvimento de estratégias e sua classificação, os processos de administração estratégica, e conceitos básicos de análise competitiva aplicada ao planejamento estratégico • Análise de cenários públicos • Ambiente de negócios • Raciocínio estratégico em tempos de mudança • Flexibilidade estratégica • Competitividade e instituição burocrática • O negócio, oportunidades/ameaçadas • Gestão, organização e aprendizagem		

• Competências públicas contemporâneas
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: _____Idalberto. Planejamento Estratégico: uma abordagem introdutória, Ed. Campus, 2005. CHIAVENATO, Idalberto, SHAPIRO, Arão. Planejamento estratégico: Fundamentos e Aplicações. Editora Campus, 2009. CHIAVENATO, Idalberto. Planejamento Estratégico, Ed. Campus, 2004. MONTGOMERY, C., PORTER, M. Estratégia: a busca da vantagem competitiva. Rio de Janeiro: Campus, 1998. SERRA, Fernando A Ribeiro. Gestão estratégica das organizações públicas. Editora Conceito Editorial, 2010. WRIGHT, Peter, KROLL, Mark J., PARNELL, John. Administração Estratégica. São Paulo: Atlas, 2007.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: MINTZBERG, H., QUINN, J. B. O Processo da Estratégia. Porto Alegre: Bookman, 2006. MIRANDA, Jose Glaudis de. Planejamento estratégico, participativo e Balanced Scorecard. João Pessoa: Universitária, 2002. WRIGHT, Peter; el. Al, Administração Estratégia: conceitos, São Paulo: Atlas, 2000

4º SEMESTRE

21. LOGÍSTICA NO SETOR PÚBLICO	CHR: 40 CHA: 48
EMENTA: - Logística empresarial e as cadeias de suprimento - Estratégias empresariais, estratégias competitivas e de manufatura - Introdução à <i>Supply Chain Management</i> (SCM) - SCM como um novo modelo competitivo e gerencial - Funções básicas da logística - As tecnologias da informação utilizadas na logística - Técnicas de previsão de demanda para otimização da cadeia logística - O produto da cadeia de suprimentos	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BOWERSOX, D. J.; COOPER, M. B.; CLOSS, D. J. Gestão logística de cadeias de suprimentos. Porto Alegre: Bookman Companhia Ed, 2006. CHIAVENATO, Idalberto. Administração de Materiais - Ed. Campus, 2005. FLEURY, P. F.; WANKE, P.; FIGUEIREDO, K. F. T. Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos. São Paulo: Atlas. 2003.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: PIRES, Silvio R. I. Gestão da cadeia de suprimentos: conceitos, estratégias, práticas e casos. São Paulo: Atlas, 2007. TAYLOR, David A. Logística na cadeia de suprimentos: uma perspectiva gerencial. São Paulo: Pearson Addison-Wesley, 2005.	

22. REGIME JURDÍDICO DO AGENTE PÚBLICO		CHR: 60 CHA: 72
EMENTA: • Direito do Trabalho: teoria geral do Direito do Trabalho • Direto individual do Trabalho • Direito coletivo do Trabalho • Direito administrativo do Trabalho • Legislação Social e Trabalhista • Previdência Social • Previdência e Assistência • Estudo do Regime Estatutário (Lei 8.112) e de Emprego (CLT)		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BRASIL. Lei Nº 8.112 de 11/12/90 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Federais CASSONE, Vittorio. Direito tributário. 19ª Ed. Editora Atlas, 2008 DIAS, Ricardo Resende. Direito do trabalho – esquematizado. Editora Método, 2013. FABRETTI, Lúdio Camargo; FABRETTI, Dilene Ramos. Direito tributário para os cursos administração e ciências contábeis. 7ª ed. Editora Atlas, 2007. GUIMARÃES, João Carlos Siqueira. Roteiro de Legislação Trabalhista. Editora LTR, 2012. MARTINS, Sérgio Pinto. Manual de direito tributário. 8ª ed. Editora Atlas, 2013. SARAIVA. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). São Paulo: Saraiva. 2007.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ALENCAR, Hélio Arrais. Benefícios Previdenciários Temas Integrais Revisados e Atualizados pelo autor. 3 ed. Leud, 2007. FURTADO, Emmanuel Teofilo. Alteração do Contrato de Trabalho. LTR, 1994. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 29 ed. São Paulo: Malheiros, 1995. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Regime jurídico dos servidores da Administração direta e indireta. São Paulo: Malheiros, 1995. ZAINAGHI, Domingos Sávio. Curso de Legislação social: direito do trabalho. 11.ed. São Paulo, Atlas, 2006.		

23. CONTABILIDADE PÚBLICA		CHR: 60 CHA: 72
EMENTA: • Execução orçamentária: Programação dos desembolsos • Estágios da despesa • Créditos adicionais • Restos a pagar • Gasto Público – execução da despesa • Financiamento dos Gastos Públicos – receita Pública, conceito e classificação, estágio da receita, receitas orçamentárias • Crédito – interno e externo		

• Sistema Tributário Nacional – princípios constitucionais da tributação, competências, impostos da União, dos Estados e Distrito Federal e dos Municípios e repartição das Receitas Tributárias • Conceituações: Orçamento Público – histórico e tipos, orçamento x planejamento, princípios orçamentários • Orçamento na Constituição Brasileira • Plano Plurianual • Lei das Diretrizes Orçamentárias • Orçamentos anuais • Processo orçamentário: elaboração execução, controle e avaliação
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CASTRO, Domingos Poubel de e GARCIA, Leice Maria. Contabilidade pública no Governo Federal: guia para reformulação do ensino e implantação da lógica do SIAFI nos governos municipais e estaduais com utilização do excel. São Paulo: Atlas, 2004. FABRETTI, L. C. Contabilidade tributária. São Paulo: Atlas, 2006. KOHAMA, Heilio. Balanços Públicos: teoria e prática. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009. KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública: teoria e prática. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2009. MOREIRA, J. C. Orçamento empresarial. São Paulo: Atlas, 2008. NAKAGAWA, M. Introdução à controladoria. São Paulo: Atlas, 2009 NAKAGAWA, Masayuki. Introdução à controladoria: conceitos, sistemas e implementação. Editora Atlas, 2009.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BEZERRA FILHO, João Eudes. Contabilidade Pública. 2 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2008. BRASIL – Lei Complementar n.º 101 de 05 de maio de 2000. BRASIL LEI N.º 4.320 de 17/03/64 Comentada. IBAM LIMA, Diana Vaz de, CASTRO, Róbison Gonçalves de. Contabilidade Pública. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2007. MOTA, Francisco Glauber Lima. Contabilidade Aplicada à Administração Pública. 6 ed. Brasília: VESTCON, 2004. TESOURO NACIONAL, Coletânea de Normas Contábeis Aplicados à Administração Pública. Brasília, 2003.

24. GESTÃO DE CUSTOS	CHR: 40 CHA: 48
EMENTA: • Estudo dos principais métodos de custeio, com enfoque administrativo, em especial, o Método de Custeio por Absorção e Método de Custeio Variável • Análise da relação custo-volume-lucro como instrumento de tomada de decisão	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. Gestão de custos e formação de preços. São Paulo: Atlas, 2012. OLIVEIRA, Luis M. de; PEREZ JR, José Hernandez. Contabilidade de custos para não	

contadores. 2ed. São Paulo: Atlas, 2005.
_____, Luis M. de; PEREZ JR, José Hernandez; COSTA, Rogério G. Gestão estratégica de custos. 4ed. São Paulo: Atlas, 2008.
SLOMSKI, V. Manual de contabilidade pública: um enfoque na Contabilidade Municipal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

25. GESTÃO DE PESSOAS	CHR: 60 CHA: 72
EMENTA: • Gestão estratégica de pessoas: a gestão de pessoas das instituições públicas • Aspectos conceituais: competências organizacionais e individuais • Gestão de pessoas por competência: etapas • Avaliação de desempenho • Planos de capacitação e remuneração	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BANOVE, Márcia Regina. Recrutamento, Seleção e Competências, Ed. Atlas, 2010 BRASIL. Decreto nº 5.707 de 23/02/06. BRASIL. Lei nº 8.112/90 de 11/12/90 e alterações. CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas. 3ª edição, Ed. Campus, 2008. CHIAVENTO, Idalberto. Administração de Recursos Humanos 7ª edição - Ed. Manole 2009	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: LE BOTERF, G. Desenvolvendo a competência dos profissionais. (ver.ampli.). 3 ed. Porto alegre: Artmed, 2003. MILIONI, Benedito. Gestão de treinamento por resultados. JTB, 2005. NININGER, James R., ARDITTI, Marilyn J. A renovação das organizações: gerenciando transições na força de trabalho. Brasília: ENAP, 2004. RODRIGUEZ, Martius V., LOUREIRO, Juliano Mesquita, VIEIRA, Rita. Gestão estratégica de recursos humanos. São Paulo: Qualimark, 2006.	

5º SEMESTRE

26. CONTROLE INTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	CHR: 40 CHA: 48
EMENTA: • A função de controle na Administração Pública • Tipos de controle • O controle das funções públicas na Constituição de 1988 • Sistemas de controle interno e externo	

• Tomadas e prestação de contas da Administração Pública • Plano de Contas da Administração Federal • Códigos, Níveis de Desdobramento • Contas de Controle • Variações Patrimoniais • Variações Ativas e Passivas (orçamentárias e extra-orçamentárias) • Registros Contábeis de Operações Típicas • Contabilização de Fatos Típicos da Administração Pública • Função da Auditoria junto ao controle interno na Administração Pública
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ANGELICO, João. Contabilidade Pública, Ed. Atlas, 2006 CRUZ, Flávio da. GLOCK, José Osvaldo. Controle Interno nos Municípios: Orientação para a Implantação e Relacionamento com os Tribunais de Contas, Ed. Atlas, 2006. INSTITUTO RUI BARBOSA. Manual Nacional de Auditoria Governamental. SLOMSKI, Valmor. Manual de Contabilidade Pública. Editora: Atlas, 2006.

27. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	CHR: 40 CHA: 48
EMENTA: • A empresa na era da informação • Conceitos básicos de sistemas de informação, aplicações e impactos • Gerência estratégica da informação (planejamento e alinhamento estratégico de TI's) • Sistemas de informação para suporte às funções empresariais • Comércio eletrônico • Segurança e controle dos sistemas de informação • Questões éticas e sociais na empresa digital	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FERREIRA, Fernando Nicolau Freitas. SEGURANCA DA INFORMACAO, Editora Ciência Moderna, 2003. REZENDE, Denis Alcides. Sistemas de Informações Organizacionais. São Paulo:Atlas, 2005. SILVA, A., RIBEIRO, A, RODRIGUES, L. Sistemas de informação na Administração Pública. São Paulo: Revan, 2005. SOUZA, Ana Vera Neves, Assinatura e Certificação Digital, 2004. STAIR, Ralph M., CLOSS, David J. Princípios de Sistemas de Informação: uma abordagem gerencial. 6 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1999.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BEAL, Adriana. Gestão estratégica da informação. São Paulo: Atlas, 2008. COMER, Douglas E. REDES DE COMPUTADORES E INTERNET, Editora Bockman, 2007. LAUDON, Kenneth C., LAUDON, Jane P. Sistemas de informação gerenciais: administrando a empresa na era digital. 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006.	

27. ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	CHR: 40
------------------------------------	---------

		CHA: 48
EMENTA: • Teorias de ética das virtudes • A ética no Setor Público e Político • As revoluções tecnológicas e a ética do trabalho na Política • Valores na Administração Pública: moralidade e legalidade • Eficiência e responsabilidade • Justiça: igualdade e imparcialidade, transparência e publicidade • Probidade e integridade • Mérito da ação: intenção e juízo desinteressado • Escolha e deliberação • Autonomia e responsabilidade • Profissionalismo, decoro e civilidade • Códigos de conduta para o servidor público		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ARRUDA, M. C. C. de, Whitaker, M. do C. & Ramos, J. M. R. Fundamentos de ética empresarial e econômica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007. JONAS, Hans. O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC – Rio, 2006 MARCONDES, Danilo (org.). Textos básicos de filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein. 2. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. _____. Textos básicos de ética: de Platão a Foucault. 3. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008. SÁ, Antonio Lopes de. <i>Ética Profissional</i>. Atlas, 2009. SERRANO, Pablo Jimenez. <i>Ética e Administração Pública</i>. Editora Alínea, 2011.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CRUZ, F. da et. al. Lei de responsabilidade fiscal comentada. lei complementar nº 101 de 04 de maio de 2000. São Paulo: Atlas, 2000. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 29 ed. São Paulo: Malheiros, 1995. Paulo: Saraiva, 2005.		

29. ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS		CHR: 80 CHA: 96
EMENTA: • Conceitos e fases de projeto: plano, programa e atividade, ciclo de vida, análise social, elaboração e acompanhamento dos orçamentos • Fontes de financiamento e captação de recursos • Análise de riscos e viabilidade • Alocação dos recursos governamentais • Modelos de elaboração de projetos • Conceitos e fase de projeto • Elaboração de indicadores e pressupostos • Sistemática de monitoramento e avaliação • Engenharia econômica • Avaliação de resultados de projetos, programas e políticas		

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BUARQUE, Cristovam. Avaliação Econômica de Projetos. Rio de Janeiro: Campus, 1994.
CLEMENTE, Ademir. Projetos Empresariais e Públicos, Editora Atlas, 2008.
CORREIA NETO, J.F. Elaboração e avaliação de projetos de investimentos: considerando o risco. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
DUFFY, Mary. Gestão de projetos. São Paulo: Campus, 2006.
MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru, Administração de Projetos: transformando idéias em realidade. São Paulo: Atlas, 2007.
WOILE, Sansão e MATHIAS, W. Franco. Projetos: planejamento, elaboração e análise. 2ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2008..

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CONTADOR, Cláudio. Projetos sociais: avaliação e prática. São Paulo: Atlas, 2008.
SANTOS, Vilmar Pereira dos. Elaboração de projetos: teoria e prática. São Paulo/SP, 2002.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

01. EMPREENDEDORISMO NO SETOR PÚBLICO		CHR: 40 CHA: 48
EMENTA: • Empreendedorismo • Características • Oportunidades • Desenvolvimento de atitudes empreendedoras • Reformas da Administração Pública • Novos paradigmas na Administração Pública • Prospecção Empresarial • Plano de Negociação • Qualidade • Formação de Preço • Ferramentas Gerenciais nas organizações públicas • O Papel do Estado para fomentar a ação empreendedora • Empreendedorismo e o Desenvolvimento Econômico		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BUKOWITZ, Wendi; WILLIAMS, Ruth L. Manual de gestão do conhecimento. Porto Alegre: Bookman Companhia, 2002. COMPANS, Rose. Empreendedorismo Urbano: entre o discurso e a prática. São Paulo: UnesP, 2005. DORNELAS, José Carlos. Empreendedorismo: transformando idéias em negócios. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005. STAL, Eva; SBRAGIA, Roberto; CAMPANARIO, Milton de A.; ANDREASSI, Tales. Inovação. São Paulo: Clio, 2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		

CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo - dando asas ao espírito empreendedor. São Paulo: Saraiva, 2008.
FARIA, Marília de Sant'anna; TACHIZAWA, Takechi. Criação de Novos Negócios: Gestão de Micros e Pequenas Empresas. 1ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
HASHIMOTO, Marcos. Espírito empreendedor nas organizações. São Paulo: Saraiva, 2005.
HARVARD BUSINESS REVIEW. Gestão do conhecimento. 7ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
ORG, Marco Pellegatti. Empreendedorismo Consciente na Amazônia. TV EDITORIAL, 2007.
PETERS, Michael. HISRICH, Robert D. Empreendedorismo. São Paulo: Bookman, 2004.

02. POLÍTICAS E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS	CHR: 40 CHA: 48
EMENTA: • Histórico das políticas públicas educacionais no Brasil • A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os Parâmetros curriculares nacionais • As políticas de desenvolvimento e financiamento da educação • A formação dos profissionais da educação • Políticas públicas atuais em relação à educação • Tecnologias da educação • A formação para o trabalho e (re)produção das relações sociais do ensino na gestão • A inserção de novas formas de Gestão Educacional • Abordagem Pedagógica da Tecnologia	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ARANHA, Maria Lúcia. História da Educação e da Pedagogia: geral do Brasil. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006.FREITAG, Barbara. Escola, estado e sociedade. Editora Centauro. 2006. BIANCHETTI, Roberto G. Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005 DEITOS, M. L. M. S. As Políticas Públicas de Qualificação de Trabalhadores e suas Relações com a Inovação Tecnológica na Indústria Brasileira. Tese de Doutorado Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006. GRINSPUN, Mirian P. S. Zippin. EDUCACAO TECNOLOGICA, Editora CORTEZ, 2001. MCT . Ciência, Tecnologia, Inovação e Geração de Riqueza. In: 3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação: síntese das conclusões e recomendações, cap. 1. Ministério da Ciência e Tecnologia: Brasília, agosto. 2006.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: FÁVERO, Osmar (org). A Educação nas constituintes brasileiras 1823-1988. 2.ed. ver. Ampl. São Paulo: Autores Associados, 2001 (Coleção memória da Educação). FOUCAULT, M. Vigiar e punir. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 1991. FREITAG, B. Escola, estado e sociedade. São Paulo: Moraes, 1977. Belo Horizonte: Autêntica/Ação Educativa, 2004.	

03. POLÍTICA E LEGISLAÇÃO URBANA	CHR: 40 CHA: 48
EMENTA: • História do planejamento urbano: as transformações históricas da legislação urbanística brasileira, Instrumentos legais de controle de produção do espaço no Brasil. • Planejamento urbano e Legislação Urbana • Estatuto da Cidade e Plano Diretor • Conteúdo e diretrizes do Estatuto • Principais instrumentos, Política Nacional de Desenvolvimento Urbano • Políticas Públicas de apoio ao Planejamento Urbano • Saneamento urbano no Brasil e o papel das políticas municipais de desenvolvimento	

R

BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BUARQUE, Sergio C. Planejamento Urbano Regional, São Paulo, IPEA, 2005. DIVERSOS AUTORES, Território ambiente e políticas públicas espaciais, Editora LGE, 2006 FELDMAN, Sarah; Fernandes, Ana. O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: Mutações, tensões, desafios, Editora EDUFBA, 2007. FERNANDES, Edésio (Org.). Direito urbanístico e política urbana no Brasil. Belo Horizonte: Del Rey, 2001. MUKAI, Toshio. Direito e legislação urbanística no Brasil. São Paulo: Saraiva.1988. MUKAI, Toshio. Direito urbano-ambiental brasileiro. São Paulo, Editora FORUM, 2010. NUNES, Brasilmar Ferreira (Org.). Sociologia de capitais brasileiras: participação e planejamento urbano. Brasília: Líber Livro Editora, 2006. SANTOS, Milton. Metamorfoses do Espaço Habitado, Editora Edusp, São Paulo, 2008.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ABELEM, Aurilea Gomes. Urbanização E Remoção. NAEA/UFPA, 1988. BANFIELD, Edward C., A Crise Urbana. ZAHAR, SILVA, Catia Antonia da; Oliveira, Floriano Godinho de; Freire, Desiree Guichard. (Org.). Metrópole: governo, sociedade e território. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. SILVA, Janice Theodoro da. São Paulo: 1554-1880: discurso ideológico e organização espacial. São Paulo: Editora Moderna, 1984. (Coleção Contemporânea). SILVA, José Afonso da. Direito urbanístico brasileiro. 7ª. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2012	

04. PLANEJAMENTO EM SAÚDE PÚBLICA	CHR: 40 CHA: 48
--	----------------------------------

EMENTA:

- Estudo do processo histórico de construção do sistema de saúde no Brasil
- Análise dos determinantes econômicos, sociais e políticos para a formulação de políticas sociais e de saúde
- Planejamento em saúde no Brasil e sua aplicação na organização de serviços e sistemas de saúde
- Programação de ações e o trabalho em saúde
- Fundamentos de Gestão e Planejamento aplicados à Vigilância Sanitária de Serviços de Saúde
- As potencialidades da epidemiologia na organização do trabalho assistencial

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARTMANN, Mercilda. Administração na Saúde e na Enfermagem. SENAC, 2009.

BRASIL MINISTERIO DA SAUDE CNS, Subsídios para Construção da Política Nacional de Saúde Ambiental, Editora Ministério da Saúde, Brasília, 2007.

BRASIL MINISTERIO DA SAUDE, 20 Anos de SUS. Ministério da Saúde, Brasília, 2008.

CONFALONIERI, UEC.; MARINHO, DP. “Saúde Pública e Risco Social” in GUSMÃO, PP.; CARMO, PS.; VIANNA, SB. (orgs.), Rio Próximo 100 anos: O aquecimento Global e a Cidade, IPP / SMU, 211- 225, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE BRASIL. A Gestão da Saúde nos Estados. CONASS, 2007.

ENAP, Texto para discussão. Experiências internacionais voltadas para a satisfação dos usuários-cidadãos com os serviços públicos. Pesquisa ENAP, 2001.

FILHO, Claudio Bertolli. HISTORIA DA SAUDE PUBLICA NO BRASIL, Editora Atica, São Paulo, 2004.

FINKELMAN, Jacobo. Caminhos da Saúde Pública no Brasil. Editora FIOCRUZ, São Paulo, 2002.

FREITAS, Nilton. Manual de Ação Sindical em Saúde do Trabalhador e Meio Ambiente, Editora CUT, 2000.

FURTADO J.P. Um método construtivista para a avaliação em saúde. Ciência & Saúde Colectiva, 6 (1):165-181, 2001.

IBAÑEZ, Nelson. Política e Gestão Pública Em Saúde. Editora UCITEC, 2011.

JATENE, Adib. MEDICINA SAUDE E SOCIEDADE, Editora Atheneu, São Paulo, 2005.

MARQUES, Marília Bernardes. Saúde Pública Ética e Mercado no Entreato de Dois Séculos, Editora Brasiliense, Brasília, 2005.

MINAYO, Maria Cecília De Souza. Saúde e Ambiente Sustentável, Editora FIOCRUZ, São Paulo, 2002.

MINISTERIO DA SAÚDE, A Assistência da Saúde no SUS, Ministério da Saúde, Brasília, 2001.

SANTOS, Lenir, SUS o Espaço da Gestão Inovada e dos Consensos Interfederativos, Editora Instituto de Direito, São Paulo, 2007.

SERRA, José. AMPLIANDO O POSSIVEL A POLITICA DE SAUDE DO BRASIL, Editora HUCITEC, São Paulo, 2000.

SILVA, Silvio Fernandes da. Municipalização da Saúde e Poder Local, Editora Hucitec, São Paulo, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. MINISTERIO DO TRABALHO E PREV.SOCIAL, Condições E Meio Ambiente Do Trabalho Na

Indústria da Construção. Editora FUNDACENTRO, São Pulo, 1998. 2. BRASIL MINISTERIO DA SAUDE CNS, PLENARIAS NACIONAIS DE CONSELHOS DE SAUDE, Ministério da Saúde, Brasília, 2006. 3. BRASIL MINISTERIO DA SAUDE CNS, RESOLUCOES DO CONSELHO NACIONAL DE SAUDE, Ministério da Saúde, Brasília, 2007. 4. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Economia da saúde: uma perspectiva macroeconômica 2000-2005, Rio de Janeiro; IBGE; 2008. 5. MARCOS, Badeia. <i>Ética E Profissionais De Saúde</i>. SANTOS, 1999
--

05. LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS		CHR: 40 CHA: 48
EMENTA: • Noções básicas de LIBRAS • Características gerais da LIBRAS • Léxico de categorias semânticas • Técnicas de tradução em LIBRAS/Português • Técnicas de tradução em Português/LIBRAS • Vocabulário específico da área de Letras relacionados ao ensino de língua e de literatura da Língua Portuguesa		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: 1. CAPOVILLA, F.; RAPHAEL, V. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue – Língua 2. Brasileira de Sinais – LIBRAS. (vol. I e II). São Paulo: EDUSP, 2001. 3. _____ F. C., RAPHAEL, W. D. Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira: O 4. Mundo do Surdo em Libras. São Paulo, SP: Edusp, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; 2004. 5. <u>QUADROS, Ronice Muller de. O tradutor e interprete de lingua brasileira de sinais e lingua portuguesa. Brasília: Ministerio de Educacao e Cultura, 2004.</u> 6. <u>STRNADOVA, Vera. Como e ser surdo. Traduzido por Daniela Richter Teixeira. Petrópolis: Babel, 2000.</u>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: 1. <u>LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de(Org.);GOES, Maria Cecilia Rafael de(Org.). Surdez : processos educativos e subjetividade. São Paulo: Lovise, 2000.</u> 2. MOURA, Maria Cecilia. O Surdo: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.		

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC	CHR: 200 CHA: 240
EMENTA:	

Métodos e técnicas de pesquisa, Planejamento, organização e desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso, Elaboração de proposta de trabalho científico e/ou tecnológico com temas destacados pelo curso, Condução da pesquisa e comunicação dos seus resultados. Orientação da escrita de acordo com as normas de trabalhos acadêmicos do IFPA.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em ciência humanas e sociais. SP, Cortez, 2006
CRUZ, Carla, RIBEIRO, Uirá. Metodologia Científica: Teoria e Prática, Editora Axcel Books, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos. Pesquisa bibliográfica, projeto e relatório. Publicações e trabalhos científicos. 7ª ed. Editora Atlas, 2007.

LAKATOS, Eva; Maria Marconi, Marina de A. Metodologia científica. SP, Atlas, 2007

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HADDAD, Nagib. Metodologia de estudos em ciências da saúde, como planejar, analisar e apresentar um trabalho científico. SP, Roca, 2004

ATIVIDADES COMPLEMENTARES	CHR: 160 CHA:
EMENTA: Atividades voluntárias desenvolvidas junto a organizações privadas, públicas e não governamentais; Projetos de iniciação científica; Estágios curriculares não-obrigatórios; Projetos de extensão; Viagens de estudos; Seminários e fóruns; Módulos temáticos; Disciplinas oferecidas por outras instituições de ensino não contempladas no currículo do curso; Participação em empresas juniores e em núcleos de estudos e de pesquisas vinculados às áreas estratégicas do Curso.	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Atividades interdisciplinares integradas ao longo do curso voltada as políticas e ações públicas e outras correlacionadas no PPC.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Atividades interdisciplinares integradas ao longo do curso voltada as políticas e ações públicas e outras correlacionadas no PPC.

PRÁTICAS PROFISSIONAIS	CHR:40
------------------------	--------

	CHA: 48
EMENTA: - Desenvolvimento teórico-prático dos conteúdos disciplinares ministrados através de atividades de laboratórios, visitas técnicas, produção de texto, estudo de caso, elaboração de projetos e outras atividades correlatas.	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA: Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008. Lei do Estágio dos Estudantes, Publicado em 2008. Resolução nº 029/2013. Regulamento de Estágio no IFPA. CONSUP.
--

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008. Lei do Estágio dos Estudantes, Publicado em 2008. Resolução nº 029/2013. Regulamento de Estágio no IFPA. CONSUP.
--

ESTÁGIO SUPERVISIONADO	CHR:360 CHA:
EMENTA: - Desenvolvimento prático das atividades de observação, análise e gestão administrativa. - Práticas de elaboração de planejamento, projetos, e planilhas públicas. -Gerenciamento de pessoas e processo referentes aos serviços públicos.	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA: Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008. Lei do Estágio dos Estudantes, Publicado em 2008. Resolução nº 029/2013. Regulamento de Estágio no IFPA. CONSUP.
--

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008. Lei do Estágio dos Estudantes, Publicado em 2008. Resolução nº 029/2013. Regulamento de Estágio no IFPA. CONSUP.
--

9 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Curso prevê como exigência ao discente para a diplomação de graduação a produção e apresentação de um Trabalho de Conclusão de Curso – TCC como disciplina

obrigatória.

O TCC será orientado por um professor com a finalidade de produção de projeto de pesquisa. Os assuntos abordados devem estar relacionados aos conteúdos teóricos e práticos da administração pública, cumprindo uma carga horária total de 200 horas, acrescida a carga horária mínima e registrado no quinto semestre na matriz curricular do curso.

A estruturação e a composição do TCC serão desenvolvidas pelo discente individualmente ou em dupla, permitindo a identidade das habilidades e competências do discente adquirido ao longo do curso a partir do projeto apresentado.

A construção do projeto será acompanhada por um orientador professor e/ou um profissional especializado na área, devendo ser apresentado e avaliado por uma banca examinadora composta por dois professores especialistas na área, e mais o orientador.

Os discentes deverão ser matriculados para o TCC, recebendo o termo de compromisso de orientação, no prazo estabelecido para entrega e defesa, sendo avaliado pela parte da apresentação textual e pela parte da apresentação oral pela banca.

A Coordenação do Curso fornecerá a ficha de acompanhamento e frequência para o TCC, bem como, o registro de avaliação do mesmo, em conjunto com a Secretaria Acadêmica do Campus.

A versão escrita deverá ser elaborada conforme o estabelecido na Normatização de Critérios para a Orientação, Elaboração, Redação e Avaliação de TCC do IFPA.

10 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Na habilitação Profissional de Tecnologia em Gestão Pública, o estágio supervisionado é uma exigência acadêmica, devendo o discente estar regularmente matriculado, cumprindo um total de 360 horas, que serão acrescidas às horas previstas para a totalização do curso.

São bases legais norteadoras:

- Lei de Estágio nº 11.788/2008.
- Regimento de Estágio do IFPA: Resolução nº 029/2013-CONSUP
- Organização Didática do IFPA:

- O estágio supervisionado terá como objetivo preparar o aluno para o exercício profissional competente, e poderá ser realizado:
- na própria instituição de ensino, sob forma de programas de pesquisa, extensão, monitoria e exercícios produtivos da área profissional;
- em empresas e/ou organizações que apresentarem aplicação dos eixos profissionais do curso.

A integralização da carga horária do estágio será desenvolvida ao longo dos semestres até o final do curso, sob a supervisão de docentes e profissionais capacitados. A Resolução nº 029/2013-CONSUP norteará as áreas estratégicas para o estágio, seus enfoques, as atribuições dos estagiários e dos professores orientadores, dentre outros.

A gestão estará cargo da Diretoria de Extensão e Integração que formaliza o Termo de Convênio com as instituições concedentes de estágio; viabilizando para todos os cursos modelo padrão de Ficha de Atividades, Relatórios Periódicos com a Auto-Avaliação do Estagiário e o encaminhamento para o estágio.

Para o curso a IES disponibiliza parcerias com órgãos públicos nas três esferas, dentre elas: Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, Previdência Social, Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará - SUSIPE, Tribunal de Justiça do Estado do Pará -TJE e Contrato Institucional de estágio com o Centro de Integração Empresa Escola - CIEE desenvolvido na própria instituição.

Os discentes com experiências profissionais compatíveis com o desempenho e o perfil do curso, deverão ter o efetivo aproveitamento profissional reconhecido para fins do cumprimento da carga horária de Estágio Curricular Supervisionado, a partir de documentação comprobatória, sendo analisado e avaliado em relatório pela coordenação do curso.

11 PRÁTICAS PROFISSIONAIS

As práticas profissionais são componentes curriculares obrigatórios regimentada pelo Art. 86 da Organização Didática do IFPA, sendo desenvolvidas ao longo do curso na promoção prática dos conteúdos ministrados. São acrescentadas a carga horária mínima do curso num total de 40 horas, não se relacionando com o estágio supervisionado.

A caracterização das atividades práticas é orientada pelos docentes articulando com

a pesquisa, extensão e ensino através de: atividades de laboratórios, visitas técnicas, produção de texto, estudo de caso, elaboração de projetos e outras atividades correlatas.

A coordenação do curso desenvolve como parceiras de visitas técnicas o Tribunal de Contas do Estado- TCE-Pa, a Câmara Municipal de Belém e na própria IES em ambientes destinados ao exercício dos conteúdos discutidos nos semestres.

13 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares encontram-se regimentadas pelo Art 87 da Organização Didática do IFPA, como norteadoras aos PPC dos cursos ofertados.

Para propiciar o aprofundamento temático e interdisciplinar de formação livre, o discente deve desenvolver desde o início do curso atividades complementares com uma carga horária de 160 horas, como componente curricular do perfil do formando.

As Atividades Complementares envolvem aquelas desenvolvidas pelo aluno e/ou promovidas pelo Curso, visando à complementação dos conteúdos ministrados e/ou à atualização permanente dos alunos acerca de temas emergentes à Gestão Pública. Podem ser consideradas Atividades Complementares as seguintes:

- Atividades voluntárias desenvolvidas junto a organizações privadas, públicas e não governamentais;
- Projetos de iniciação científica;
- Estágios curriculares não-obrigatórios;
- Projetos de extensão;
- Viagens de estudos;
- Seminários e fóruns;
- Módulos temáticos;
- Disciplinas oferecidas por outras instituições de ensino não contempladas no currículo do curso;
- Participação em empresas juniores e em núcleos de estudos e de pesquisas vinculados às áreas estratégicas do Curso.

As atividades complementares serão validadas a partir da apresentação da cópia dos comprovantes junto à coordenação do curso, que analisará e expedirá a declaração de

cumprimento da carga horaria desenvolvida. Portanto, sendo de responsabilidade do discente a apresentação dos documentos comprobatórios.

Não terão validade para o computo de horas atividades complementares antes do ingresso do curso, bem como, não serão computadas cumulativas as horas desenvolvidas nas práticas profissionais e no estágio supervisionado.

14 APOIO AO DISCENTE

14.1 Departamento de Apoio ao Ensino e Estudante –DPAE

O Departamento de Apoio ao Ensino e Estudante é constituído por uma equipe de profissionais na área da pedagogia, com a finalidade de coordenar e assessorar as atividades curriculares da unidade de ensino no que tange a elaboração do planejamento das atividades; colaborar e acompanhar a execução dos planos e instrumentos de avaliação e recuperação; acompanhamento do registro de informações do diário de classe; participação, juntamente com os professores, na seleção dos livros didáticos a serem adotados; acompanhamento do desempenho dos discentes por turma; elaborar e aplicar testes classificatório em conjunto com os professores.

No seu funcionamento esta os seguintes objetivos:

- Fomentar discussões, debates, palestras e seminários junto à comunidade escolar;
- Elaborar, programar e avaliar, em conjunto com os demais técnicos, o projeto de caráter pedagógico, a partir do diagnóstico das necessidades da unidade de ensino;
- Acompanhar e orientar o processo de ensino-aprendizagem na escola;

14.1.1 Política de Nivelamento

O curso prevê a verificação da aprendizagem com observação em sala de aula pelos resultados adquiridos pelos discentes, e por em reuniões realizadas pelo colegiado do curso. Através do DPAE e da Diretoria de Extensão são realizadas ações de auxílio aos discentes em suas dificuldades de aprendizagem ao longo do período letivo, tais como:

palestras temáticas, oficinas de metodologia científica, preparatória ao ENADE, palestras sobre marketing, sobre gestão de pessoas, dentre outras.

14.1.2 Apoio ao egresso

Através do Departamento de Relações Institucionais, Empresariais e Comunitárias-DRIECO o campus vem promovendo projetos de pesquisa como objetivo de desenvolver diagnósticos das competências profissionais do egresso tanto do curso quanto dos demais ofertados no campus., estando previsto para melhor atender aos propósitos institucionais de formação humana e tecnológica a implantação do Observatório do Campus.

14.1.3 Desenvolvimento Sustentável

14.2 Núcleo De Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas

O Núcleo de Apoio aos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais-NAPNE é o setor do IFPA, campus Belém, que articula as ações do Programa TEC NEP (MEC) no âmbito interno e externo da instituição criado em 2004, tem por **MISSÃO** é articular pessoas, instituições e desenvolver ações do Programa TEC NEP, envolvendo servidores administrativos docentes, discentes e pais, implantando a cultura da "educação para a convivência", aceitação da diversidade e, principalmente, buscando a quebra das barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais no campus Belém.

O NAPNE, campus Belém, procura adequar o Programa TEC NEP às suas demandas e possibilidades, pautadas nos seguintes objetivos:

- Articular os diversos setores da sua instituição nas diversas atividades relativas à inclusão dessa clientela, definindo prioridades e material didático-pedagógico específico a ser utilizado.
- Gerenciar a assistência técnica e o desenvolvimento de parcerias (atividades de pesquisa e extensão) com instituições / organizações que ministrem educação profissional para alunos com necessidades educacionais especiais, órgãos públicos e outros afins.
- Cuidar da divulgação de informações, eventos, etc., sobre o Programa TEC NEP.

- Desenvolver parcerias e intercâmbios com instituições e organizações que possuam experiências de escolarização inclusiva;
- Encorajar e facilitar a participação de pais, comunidades e organizações de pessoas portadoras de deficiências nos processos de planejamento e tomadas de decisão concernentes à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais;
- Garantir que sejam realizados programas de treinamento de docentes, tanto em serviço como durante a formação, voltados à provisão da educação inclusiva;
- Inserir em todos os programas educacionais da instituição a perspectiva da educação inclusiva, seja desde a seleção / admissão dos alunos, do programa curricular, da metodologia de aula, das condições ambientais, do sistema de avaliação, enfim, perpassando todos os espaços educacionais;
- Estimular a comunidade acadêmica no sentido de fortalecer as relações humanas em respeito à diversidade e as diferenças entre as pessoas;

Aproximar da nossa instituição não apenas os alunos contemplados com a educação inclusiva, mas também seus pais e parentes, pois estes possuem o direito de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriada às necessidades, circunstâncias e aspirações de seus filhos

14.3 Núcleo de Estudos Afrobrasileiros -NEAB

O papel dos Núcleos de Estudos Afrobrasileiros (NEABs) é definido em legislação própria, a partir do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana, pois “representam um importante braço de pesquisa e elaboração de material e de formatação de cursos dentro das temáticas abordadas” (BRASIL, 2009, p.41).

A criação do NEAB - campus Belém na estrutura organizacional da instituição, através da Portaria nº 26-GAB de 07/06/2006, sob a responsabilidade da professora McS Maria Helena Campos da Rocha , possibilitou o início de ações no sentido de implementar

a Lei nº 10.639/2003 nos cursos de formação inicial e continuada de professores, na Educação Básica, na Educação Superior, na pesquisa e na extensão.

Desde 2009 vem ocorrendo anualmente o “SEMINÁRIO DIVERSIDADES E QUESTÕES ETNICORRACIAIS DO IFPA” com a participação de discentes, docentes, pesquisadores e profissionais da área.

Além do evento o NEAB realiza a produção e publicação de trabalhos no caderno “Diversidades & Questões Etnicorraciais”, e a formação pelo Curso de Especialização *latu sensu* em Educação para Relações Etnicorraciais- ERER aprovada pela Resolução do CONDIR nº 002/2008.

No processo de ensino-aprendizagem, o curso em atendimento a Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004 que institui a Educação das Relações Étnico-raciais para o Ensino de história e Cultura afro-brasileira e africana desenvolve a temática através da disciplina Políticas Públicas, bem como, com a participação dos discentes e docentes aos eventos realizados pelo NEAB, inclusive com formação a nível de especialização ERER de docentes e egressos do curso.

15 TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TIC NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

O Curso dispõe de uma sala de coordenação destinado a atividades de coordenação, bem como, atendimento aos discentes. A coordenação apresenta um espaço arejado e de dimensões proporcionais aos equipamentos de apoio disponíveis, para atendimento administrativo da coordenação, atendimento aos discentes e reuniões de docentes. A coordenação possui recurso de tecnologia de informação,: 04 computadores, 04 datashow, 01 impressora compartilhada no setor, acesso a internet, rede sem fio. Além da sala de coordenação o campus possui espaço de convivência destinado aos docentes com cabines individuais de atendimento aos discentes.

Os docentes utilizam laboratório de informática para as atividades teóricas-práticas com os discentes, de maneira eficiente ao quantitativo de equipamentos e com qualidade de velocidade de acesso à internet, e equipamentos e softwares compatíveis à demanda do curso.

Como processo de ensino-aprendizagem os docentes utilizam outros recursos de TIs: email, redes sociais, e site institucional.

Como política de expansão de equipamento aluamento a coordenação elabora seu Plano de Trabalho Anual, onde através de reuniões como o Colegiado de curso e elaborado uma planilha com aquisições/atualizações de quantidade de equipamentos de apoio destinados ao curso.

16 EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DE ESTUDANTE – ENADE

De acordo com a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, Art. 5º, § 5º: o ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação. Por isso, os estudantes selecionados pelo INEP para participarem do ENADE deverão comparecer e realizar, obrigatoriamente o Exame, como condição indispensável para sua colação de grau e emissão de histórico escolar.

O IFPA realiza anualmente em conformidade com publicação de Portaria do Inep que estabelece os cursos enquadrados a participar do exame, a inscrição junto de todos os alunos habilitados a participar do ENADE (Ingressantes e Concluintes).

Contudo, o Ministério da Educação alterou a forma de avaliar os cursos de superiores e divulgou a Portaria Normativa nº 4, de 05 de agosto de 2008, publicada no DOU em 07 de agosto de 2008, instituindo o Conceito Preliminar de Curso (CPC). Dessa maneira, em conformidade com esta Normativa o curso de Tecnologia em Gestão Pública irá trabalhar para obter conceitos entre 3 e 5, visando atender plenamente aos critérios de qualidade para funcionamento do curso.

17 ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E A EXTENSÃO

Com a finalidade de assegurar a permanência e o bom rendimento escolar de alunos com potencial, mas que apresentam dificuldades econômicas é compromisso da Mantenedora conceder bolsas de estudo para seus alunos, usando a porcentagem a definir de receitas próprias.

17.1 Programa Institucional de Bolsa de Extensão

O Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX – tem por objetivo o fortalecimento da extensão desenvolvida no IFPA – Campus Belém, incentivando, na comunidade acadêmica, a interação entre ensino, pesquisa e extensão, assim como o intercâmbio entre docentes, técnico-administrativos, e alunos do IFPA, em prol da construção e do fortalecimento da cidadania, da melhoria da qualidade de vida e do ambiente de utilização de tecnologia aplicada ao ensino nos laboratórios da instituição.

Para alcançar tal objetivo, o PIBEX estimula o desenvolvimento de projetos de responsabilidade social, ambiental e tecnológica que sejam transformadores da realidade e agregadoras de serviços, que privilegiam a complementação da formação social, humana, cultural, esportiva, científica, tecnológica e profissional dos envolvidos.

O programa é garantido anualmente através de edital para os alunos que atenderem os critérios de seleção.

17.2 Programa Institucional de Bolsa de Monitoria

O Programa de Bolsa de Monitoria que a finalidade de oferecer aos alunos dos Cursos Superiores do IFPA - Campus Belém um suporte didático-acadêmico referente às atividades desenvolvidas em salas de aula e/ou laboratórios dos cursos em questão, garantindo aos monitores dos Cursos Superiores do IFPA - Campus Belém a oportunidade de aprimoramento didático-pedagógico junto aos semestres das disciplinas específicas de cada curso, por meio da concessão de bolsas.

O programa é garantido anualmente através de edital para os alunos que atenderem os critérios de seleção.

Cumprir o objetivo em contribuir para a formação profissional, no âmbito do ensino, valorizando o exercício da monitoria, sendo este um dos requisitos no processo de avaliação dos Cursos de Graduação, pelos órgãos reguladores do Ministério da Educação; e aproximar, através da monitoria, as atividades de ensino entre a Docência e os Discentes monitores.

As bolsas destinam-se aos acadêmicos do IFPA - Campus Belém que estão regularmente matriculados no curso de Graduação, a partir do 3º Semestre deste curso. As quotas serão selecionadas diretamente nas Coordenações dos Cursos.

17.3 Projetos Institucionais

17.3.1 Seminário de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará -SICTI

É um evento institucional que consolida a pesquisa com foco na inovação tecnológica no âmbito do Sistema Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Trata-se de evento anual, o qual congrega a comunidade profissional e acadêmica atuante em nível regional nas suas diversas áreas, promovendo a socialização do conhecimento e a interação entre todos os que têm interesse na área da Educação Profissional e Tecnológica. O evento conta com o apoio do **CNPQ, CAPES e FAPESPA**.

No curso temos alunos que participam do evento constituído de diferentes atividades com dinâmicas de trabalhos específicos, visando promover o debate entre os participantes. Estas atividades são descritas a seguir: Mesas redondas, Sessões técnicas, Sessões de painéis.

Alguns alunos que participam com apresentação de trabalhos científicos: Ritielly Nazaré Silva dos Santos, Thaíssa Maiara da Silva Tavares, Marcos Raimundo Pereira da Silva, Alegria dos Santos Leite, dentre outros.

18 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O sistema de avaliação do processo ensino-aprendizagem está pautado na Organização Didática do IFPA, com a finalidade estabelecida:

Art. 4. A presente Organização Didática tem por finalidade orientar os procedimentos didáticos pedagógicos a serem adotados e observados no desenvolvimento da ação educativa nos cursos ofertados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica do Pará, com base na LDB nº 9394/96 e diretrizes internas do Instituto.

A sistemática de avaliação do CST em Gestão Pública se baseará nos seguintes aspectos:

- a) Para efeito de avaliação será observada a capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos e competências necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do curso.
- b) As avaliações deverão ser realizadas utilizando-se instrumentos avaliativos que contemplem trabalhos efetuados de forma coletiva ou individual.

- c) Os conteúdos da avaliação deverão buscar o atendimento dos objetivos com vistas a atingir as competências e habilidades exigidas do educando em cada módulo.
- d) A avaliação será diagnóstica e somativa, ocorrendo de forma processual e contínua onde o professor munido de suas observações, transformará este resultado na nota do bimestre.
- e) O professor poderá utilizar diferentes formas e instrumentos de avaliação, que levem o aluno ao hábito da pesquisa, da reflexão, da criatividade e aplicação do conhecimento em situações variadas.
- f) Os resultados das avaliações deverão ser utilizados pelo professor como meio para a identificação dos avanços e dificuldades dos alunos, com vistas ao redimensionamento do trabalho pedagógico na perspectiva da melhoria do processo ensino aprendizagem.

A média do aproveitamento escolar do aluno ao final do semestre é calculada com base nas notas das duas avaliações parciais, por disciplina, obedecendo à seguinte equação:

No regime semestral os resultados das avaliações serão mensurados da seguinte forma:

- I. Da culminância dos resultados alcançados;
- II. e da Fórmula

$$MS = \frac{1^a \text{ BI} + 2^a \text{ BI}}{2} \geq 7,0$$

LEGENDA:

MS = Média Semestral

1ª BI = 1ª Bimestral (verificação da aprendizagem)

2ª BI = 2ª Bimestral (verificação da aprendizagem)

O aluno será aprovado na disciplina por média, se obtiver nota maior ou igual a 7,0 ($\geq 7,0$).

Caso a média semestral (MS) seja (menor que) $< 7,0$, o aluno fará prova final.

O aluno que não realizar qualquer uma das avaliações bimestrais ficará impossibilitado de realizar a prova final; O aluno será aprovado se obtiver na Prova Final nota mínima 6,0 e o resultado das avaliações serão mensurados da seguinte forma:

$$MF = \frac{MB+NPF}{2} \geq 6,0$$

MF=MÉDIA FINAL

MB= MÉDIA BIMESTRAL

NPF=NOTA DA PROVA FINAL

O discente será considerado aprovado por média quando: obtiver média igual ou superior a sete e frequência igual ou superior a 75% por disciplina.

O discente estará reprovado quando não atingir em cada disciplina, mínimo de 75%, de acordo com organização didática em vigor.

O desenvolvimento das atividades para os discentes com dificuldades de aprendizagem deverá ser traduzido em novas avaliações, que substituirão notas e frequências.

A partir de 3 (três) disciplinas o discente ficará retido no módulo para cursar apenas as disciplinas nas quais ficou em dependência. Os alunos poderão cursar até duas dependências em cada semestre sem prejuízo do prosseguimento dos estudos, desde que essas não sejam pré-requisitos para os módulos seguintes.

18 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Os alunos do CST em Gestão Pública poderão requerer aproveitamento de competências diretamente vinculadas ao perfil profissional do respectivo curso. Tais competências podem ser oriundas de cursos profissionais de nível, de curso de nível superior ou ainda adquiridas no mundo do trabalho, através de certificação e competências, observando-se a carga horária e os conteúdos.

Poderá haver aproveitamento de conhecimentos adquiridos no curso conforme a Organização Didática nos seus artigos:

Art. 65. Entende-se por aproveitamento de estudos o processo de discussão no CNE/CEB reconhecimento de disciplinas, competências ou etapas cursadas com aprovação em curso do Ensino Integrado e Subseqüente, bem como no Ensino Superior, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, cursados em uma habilitação específica, com aprovação no IFPA ou em outras Instituições de Ensino credenciada pelo Ministério da Educação, bem como Instituições Estrangeiras, para a obtenção de habilitação diversa, conforme estabelece o Art. 11 da Resolução CNE/CEB nº 04/99.

Art. 66 O discente poderá solicitar o aproveitamento de estudos de disciplina de língua estrangeira cursada em instituição não universitária de acordo com o Parecer CES/CNE 26/2000.

Art. 67. A solicitação para aproveitamento de estudos será encaminhada ao Colegiado de Curso para análise e emissão de parecer e deverá seguir os seguintes passos:

I - quando se tratar de disciplina(s):

- a) preencher, no protocolo, formulário próprio, especificando a(s) disciplina(s) pretendida(s);
- b) anexar os seguintes documentos devidamente autenticados e assinados pela Instituição de origem:

- 1. histórico escolar;

- 2. plano do curso com registro de ementário e carga horária.

§ 1º Tratando-se de aproveitamento de estudos realizados no próprio IFPA o requerente ficará dispensado do cumprimento da exigência referida na alínea b deste artigo.

§ 2º. No que se refere à EAD o discente poderá solicitar aproveitamento de estudos junto à coordenação do Pólo Presencial que encaminhará a coordenação do curso.

§ 3º. No caso em que não houver Pólo Presencial o discente deverá requerer solicitar aproveitamento de estudos junto ao protocolo do Campus de origem que encaminhará a coordenação do curso.

Art. 68. O estudo da equivalência da(s) disciplina(s), ou etapa(s) será feito pelo Colegiado de Curso observando a compatibilidade de carga horária, conteúdo programático ou competências e habilidades.

Art. 69. Após emissão do parecer do Colegiado de Curso os processos serão encaminhados à Secretaria Acadêmica do compus.

Parágrafo Único: A Coordenação de Curso deverá informar aos docentes a dispensa do discente, quando houver, face ao aproveitamento.

19 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação do projeto do Curso estabelece um contínuo diálogo com o intuito de garantir padrões de qualidade acadêmico-científica ao curso, definindo as políticas estratégicas da instituição para corrigir distorções no transcorrer do processo de aprendizagem.

Seu processo de avaliação consiste numa sistemática que envolve três dimensões: a Comissão Própria de Avaliação (CPA), Avaliação no âmbito do Colegiado de Curso e do seu NDE e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

A instituição estabelece sua Comissão Própria de Avaliação (CPA) com a finalidade de condução dos processos de avaliação de todos os aspectos e dimensões, em conformidade com o Decreto 10.861/2004 -SINAES que tem como objetivo assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, entre os quais a auto-avaliação e a avaliação externa in loco.

O Colegiado de Curso e o Núcleo Docente Estruturante (NDE) também atuam ativamente no processo de acompanhamento, consolidação e contínua atualização e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso.

De acordo com o art. 75 da Organização Didática o Colegiado do Curso é um órgão consultivo e deliberativo que se destina à avaliação da eficiência educativa do Processo Pedagógico desenvolvido.

O Colegiado de Curso organiza espaços de discussão e acompanhamento da qualificação didático-pedagógica dos docentes através de levantamentos semestrais que permitem observar a produção dos professores e o investimento realizado no sentido da socialização de pesquisas em diferentes espaços da comunidade.

Em conformidade com a Resolução CONAES nº 1 de 17 de junho de 2010 o Núcleo Docente Estruturante NDE é um órgão deliberativo do curso com composição e funcionamento regulado pelos Art. 83 e 84 da Organização Didática do IFPA-Campus Belém com a finalidade de assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso.

19 SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

19.1 Comissão Própria de Avaliação -CPA

A avaliação do projeto do Curso consiste numa sistemática que envolve três dimensões: a Comissão Própria de Avaliação (CPA), Avaliação no âmbito do Colegiado de Curso e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Os sistemas de avaliações como a Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFPA que tem finalidade a condução dos processos de avaliação de todos os aspectos e dimensões da atuação institucional da IFPA, em conformidade com o SINAES.

20 DESCRIÇÃO DO CORPO SOCIAL

O CST em Gestão Pública prevê um corpo docente composto de 80% de Mestres e Doutores, conforme o quadro abaixo:

Quadro 4 - Corpo Docente previsto para o CST em Gestão Pública

	Docente	CPF	Titulação	Regime de Trabalho
01	ALESSANDRO DE CASTRO CORREA	328.205.262-68	Doutor	DE
02	ALOMA TEREZA PINHO DE VASCONCELOS CHAVES	228.443.092-91	Mestre	40h
03	DAUANA SANTOS FERREIRA	005.904.282-68	Mestre	40h
04	KATYA REGINA MATOS BATISTA	575.502.392-15	Mestre	DE
05	NEILA WALDOMIRA DO SOCORRO SOUSA CABRAL	561.352.202-25	Doutora	DE
06	MARIA HELENA CUNHA OLIVEIRA	255.796.732-72	Mestre	40h
07	RITA SIDMAR ALENCAR GIL	078.028.702-91	Doutora	DE
08	RITA DE CÁSSIA FERREIRA DE VASCONCELOS	148.222.212-53	Mestre	DE
09	RICARDO AFONSO FERREIRA DE VASCONCELOS	145.808.292-04	Mestre	DE
10	ROBERTO MAGALHÃES REIS	005.904.282-68	Especialista	DE

21 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

A metodológica de ensino do curso está centrada no uso de novas prática de ensino, de pesquisa e extensão, num processo sistêmico e contínuo de mudança nas práticas pedagógicas.

As transformações são tanto ambiente pedagógico quanto tecnológico, processos de ensino e pesquisa do docente ao ministrar conteúdos específicos aplicados, a gestão pública e ao mundo do orientados as necessidades e expectativas de manter o currículo sempre adequado às expectativas e demandas futuras do mercado.

Na esfera profissionalizante, as parcerias com órgãos governamentais devem ser estimuladas, possibilitando aproximar os acadêmicos na vivência prática. A construção pedagógica do curso é despertar e estimular as potencialidades da interação entre a esfera pública e a academia, no sentido de flexibilidade curricular como parceiros no ensino de conteúdos de base técnica das aplicações.

22 COLEGIADO DO CURSO E NDE

De acordo com o art. 75 da Organização Didática o Colegiado do Curso é um órgão consultivo e deliberativo que se destina à avaliação da eficiência educativa do Processo Pedagógico desenvolvido.

O Colegiado de Curso organiza espaços de discussão e acompanhamento da qualificação didático-pedagógica dos docentes através de levantamentos semestrais que permitem observar a produção dos professores e o investimento realizado no sentido da socialização de pesquisas em diferentes espaços da comunidade.

Integra o Colegiado de Curso professores ligados ao Curso de Tecnologia em Gestão Pública, uma representação de professores de áreas afins que participam de trabalhos desenvolvidos, um representante técnico-administrativo do quadro permanente e por um representante dos estudantes.

Em conformidade com a Resolução CONAES nº 1 de 17 de junho de 2010 o Núcleo Docente Estruturante – NDE é um órgão deliberativo do curso com composição e funcionamento regulado pelos Art. 83 e 84 da Organização Didática do IFPA-Campus

Belém com a finalidade de assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso.

Atualmente é composto pelo coordenador do curso e mais sete professores que participam efetivamente dos processos de discussão, ajudando a programar e consolidar o PPC. O NDE é composto pelos seguintes docentes: Katya Regina Matos Batista (coordenadora), Alessandro de Castro Correa, Aloma Tereza Vasconcelos Chaves, Dauana Ferreira dos Santos, Ricardo Afonso Ferreira de Vasconcelos, Roberto Magalhães Reis, Rita e Cássia Ferreira de Vasconcelos, Maria Helena Cunha Rodrigues, Neila Waldomira Cabral, Mary Lucy Magalhães.

23 INFRAESTRUTURA FISICA E RECURSOS MATERIAIS

23.1 Infra - estrutura física

- Salas de aula: 91 distribuídas em 03 blocos sendo todas climatizadas.
- Laboratórios: 50
- Salas de docente: 01 sala
- Auditórios: 07
- Coordenações de Ensino Superior: 15
- Coordenações de Ensino Técnico: 32
- Quadras de esportes: 02
- Área verde: 01
- Biblioteca: 01
- Instalações Administrativas: Na IES existem 11 setores envolvidos em atividades administrativas articulados com o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

23.2 Infra - estrutura acadêmica

23.2.1 Biblioteca

23.2.1.1 Área Física:

- Área Total: 2,216,90 (m²).
- ✓ Área para Usuários (m²): 1.241,90.
- ✓ Capacidade (Nº de usuários) 429.

23.2.1.2 Espaços Físicos

- ✓ Dois (2) salões de leitura com capacidade para 429 lugares.
- ✓ Oito (8) salas para estudo em grupo.
- ✓ Vinte Seis (26) cabines individuais.
- ✓ Dois (2) mini-auditórios com sessenta (60) e quarenta (40) lugares, respectivamente.
- ✓ Um (1) laboratório de Internet com oito(8) computadores.
- ✓ Videoteca - acervo diversificado de fitas de vídeo para consulta e empréstimo.
- ✓ Área para expansão do Acervo no segundo pavimento com 255 m2.

Horário de Funcionamento

Quadro de Horários							
Biblioteca Nº	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
1	08 / 22	08 / 22	08 / 22	08/ 22	08/22	08/12	-----

Acervo

ACERVO		QUANTIDADE
LIVROS	Títulos	7.000
	Exemplares	19.795
FITAS DE VÍDEO	Nacionais	283

ÁREAS	LIVROS	
	TÍTULOS	EXEMPLARES
Informática	456	1.203
Saúde Pública	27	77
Ciências Sociais	378	740
Linguística	242	738
Matemática	199	835
Geografia	23	66
Matemática – Licenciatura	49	129

Física	41	211
Química	50	194
Biologia	72	179

Equipamentos Didáticos

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
Televisores	71
Vídeo Cassete	10
Data Show	02
Câmera	01
Flip-Charts	04

23.2.1.3 Política de Atualização:

A política de atualização é feita através da listagem de livros enviada pelos coordenadores dos referidos cursos, para a aquisição dos mesmos. Os alunos têm livre acesso ao material bibliográfico, com exceção do acervo de consulta e a utilização é feita através de consulta local e empréstimo domiciliar.

23.2.1.4 Catalogação e Informatização:

O acervo está organizado com base nos mais modernos métodos de biblioteconomia: Código de Catalogação Anglo-Americana e Sistema Decimal de Dewey. A informatização é feita pelo SAB (Sistema de Automação de Bibliotecas).

23.2.1.5 Serviços Disponibilizados:

Empréstimo:	✓ As publicações podem ser emprestadas, com exceção, das obras de referência como: Enciclopédias, Dicionários, Almanques, etc. Sendo que, das publicações emprestadas 1(um) exemplar de cada obra deve permanecer na biblioteca.
Reprografia:	✓ 01 setor
Informação ao Usuário:	✓ Ao acervo de empréstimo o usuário interno tem livre acesso e o usuário externo solicita a informação ao servidor responsável. Ao acervo de consulta, o acesso dos usuários ocorre por meio de solicitação ao servidor responsável.

23.3 Laboratórios dos Cursos Superiores de Tecnologia

Laboratório (nº e/ou nome)	Área	- m² por estação:	m² por aluno
----------------------------	------	-------------------	--------------

01 Laboratório de Ensino Superior de Tecnologia	52.50(m ²)	3,50	2,63
Descrição (Materiais, Ferramentas, Softwares Instalados, e/ou outros dados)			
15 Computadores	Microcomputadores de mesa, processador AMD Athlon K-7 1,5 Ghz, cache L2, 256 de RAM (DIMM), vídeo AGP, HD de 40GB, leitora de disco ótico de 52x, monitor em cores padrão SVGA (Sansung 17´) teclado ABNT e mouse.		
Internet	Provedor de Acesso a Internet com velocidade de 512, acesso livre.		
Sistema Operacional	Windows, Unix, Linux.		
Editor de Texto	Word.		
Planilha Eletrônica	Excel.		
Editor Apresentação	PowerPoint.		
Correio Eletrônico	Outlook.		
Browser	Internet Explorer.		
Software de Linguagens de Programação	Existentes no mercado.		
Banco de Dados	SQL Plus da Oracle 8i, SQL 7.0 da Microsoft.		

24 POLITICA DE INCLUSÃO SOCIAL

De acordo como o previsto no seu PDI o IFPA estabelece estratégias de garantia à ações de combates a exclusão social ligados as condições sociais, condições educacionais, portadores de necessidades especiais, e condições raciais dentre outros, pois representam oportunidades de transformações ética e de cidadania a essas demandas sociais.

A IES vem promovendo ações tais como:

- Forma de acesso em atendimento da Lei 3.627 que institui o sistema de reserva de vagas aos egressos de escolas públicas. O IFPA adota forma de ingresso ao ensino superior 100% destinada ao resultado do ENEM.
- Serviço de apoio social através do DPAE e do NAPNE avaliando as condições socioeconômica dos discentes no seu ambiente acadêmico e familiar. São realizadas programas reuniões como os pais e/ou responsáveis dos discentes, encontros e palestras temáticas para atendimentos diversos.

- Política de Apoio estudantil: bolsa permanência, e programas institucionais de bolsa de pesquisa e extensão. Anualmente é realizado edital de seleção para avaliação dos discentes em condições de vulnerabilidades socioeconômica
- Ações afirmativas para inclusão da pessoa portadora de deficiência: em atendimento ao Decreto nº 5.296 de dezembro de 2004 que institui normas e critérios para a promoção de acessibilidade, o campus Belém vem cumprimento tanto o atendimento prioritário com profissionais na área, bem como, realizando adaptações prediais como rampas de acesso, elevadores, banheiros adaptados.

25 DIPLOMAÇÃO

O diploma de Tecnólogo em Gestão Pública será expedido após o aluno ter integralizado todos os componentes curriculares do Curso e realizado o ENADE, caso o curso tenha sido selecionado para participar do exame.

26 REFERENCIAS

ANDRADE, C. C. Juventude e Trabalho: alguns aspectos do cenário brasileiro contemporâneo. In: **Mercado de Trabalho**. (Nota Técnica), n. 37, nov. 2008. Disponível em: <www.ipea.gov.br

BRASIL. Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 15 abr. 2004.

BRASIL. Portaria Normativa Nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, 2007

BRASIL. Decreto Nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, 2006.

CNE-Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Superior, Resolução CNE/CES 11, de 11 de março de 2002, 2002.

BRASIL (a). Presidência da República. Lei Nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8429.htm. Acesso em: 23 set. 2006.

BRASIL (b). Presidência da República. Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal estabelecem diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 23 set. 2006.

BRASIL (c). Presidência da República. Decreto Nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm . Acesso em: 23 set. 2006.

BRESSER PEREIRA, L.C.; SPINK, P.K. **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. 3 ed. São Paulo: FGV, 1999.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. **Política de Valorização do Salário Mínimo**: considerações sobre o valor a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2010. (Nota Técnica), n. 86, rev. e atualiz., jan. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por amostra de domicílios**: síntese de indicadores 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 out. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Política Social e Desenvolvimento – a Juventude em Foco. In: **Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise**. n. 15, mar. 2008. Disponível em:<www.ipea.gov.br>.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Instrumento

de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância, Brasília, fevereiro de 2012,

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Avaliação Institucional. Documento orientador das comissões de avaliação in loco, Parte I, 2012, 22 p.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Avaliação Institucional**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 26 nov. 2009.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE. **Características do Emprego Formal – RAIS, 2011**. Disponível em: <www.mte.gov.br>.

_____. **Evolução do emprego por nível setorial, 2011**. Disponível em: <www.mte.gov.br

MELLO, Carlos Palma de, MONTEIRO, Augusto de Oliveira. Reforma do Estado e Programas de Qualidade: Uma Avaliação dos Resultados do Programa de Qualidade em Obras Públicas do Estado da Bahia. In: XXIX Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração - EnANPAD, 2005, Brasília. XXIX Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração - EnANPAD, 2005.

SANTOS, Clezio Saldanha dos. Introdução à Gestão Pública. São Paulo: Saraiva, 2006.

